



# Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1996

ANO XXI

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO  
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI  
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1996**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convidamos o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti a fazer a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Senhor Presidente, o Senhor me permita, antes de fazer a leitura da Ata, de comunicar a esta Mesa que se encontram na Assembléia Legislativa do Paraná as esposas de Policiais Militares que vieram aqui e também ao Palácio do Governo, procurar valorizar o trabalho dos seus maridos. Elas estão presentes no Plenário e deverão entregar aos Senhores Deputados e a Presidência desta Casa, uma pesquisa elaborada e realizada pela Associação das Esposas dos Policiais Militares do Paraná em Londrina, que retrata a realidade da nossa gloriosa Polícia Militar do Paraná.

Em nome desta 2ª Secretaria e da Presidência da Casa, Deputado Luiz Carlos Zuk e do Senhor 1º Secretário - Deputado Luiz Carlos Martins, e do titular desta Casa Deputado Anibal Khury, saudamos as esposas

dos Policiais Militares que estão neste Parlamento hoje, procurando valorizar o trabalho dos seus maridos.

E a 2ª Secretaria registra também a presença do Vereador Adalberto, um homem também que é Vereador em Londrina e integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná.

É o registro feito, em nome da 2ª Secretaria, através deste Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações).

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

OF/CTL/SEEG nº 059/96

Curitiba, 12.03.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento dessa Presidência, que o Governador Jaime Lerner, quando ausente do País, em viagem aos Estados Unidos da América do Norte, conforme autorização concedida pelo Decreto Legislativo nº 003/96, teve, urgentemente, alterando os compromissos agendados, que empreender viagem à França, para ultimar negociações com vistas à instalação da montadora de veículos Renault em nosso Estado, o que estará ocorrendo sem ampliação do período de afastamento já autorizado pelo referido Decreto-Legislativo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Através do presente venho a Vossa Excelência no sentido de indicar os membros das Comissões Permanentes desta Casa para o próximo biênio, conforme relacionado abaixo:

**Comissão de Constituição e Justiça**

Titular: Basílio Zanusso

Suplente: Élio Lino Rusch

**Comissão de Finanças**

Titular: Élio Lino Rusch

Suplente: Reny Borsatto

**Comissão de Orçamento**

Titular: Plauto Miró Guimarães Filho  
Suplente: Basílio Zanusso

**Comissão de Agricultura,  
Indústria e Comércio**

Titular: Reny Borsatto  
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**

Titular: Reny Borsatto  
Suplente: Élio Lino Rusch

**Comissão de Educação e Esportes**

Titular: Basílio Zanusso  
Suplente: Reny Borsatto

**Comissão de Terras,  
Imigração e Colonização**

Titular: Reny Borsatto  
Suplente: Basílio Zanusso

**Comissão de Segurança Pública**

Titular: Élio Lino Rusch  
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

**Comissão de Saúde Pública**

Titular: Basílio Zanusso  
Suplente: Reny Borsatto

**Comissão de Redação**

Titular: Plauto Miró Guimarães Filho  
Suplente: Basílio Zanusso

**Comissão de Tomada de Contas**

Titular: Élio Lino Rusch  
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

**Comissão de Turismo**

Titular: Reny Borsatto  
Suplente: Élio Lino Rusch

**Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**

Titular: Plauto Miró Guimarães Filho  
Suplente: Reny Borsatto

**Comissão de Fiscalização**

Titular: Élio Lino Rusch  
Suplente: Plauto Miró Guimarães Filho

Certo de vossa atenção ao exposto,  
reitero meus protestos de elevada estima e  
consideração.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ÉLIO RUSCH  
Líder do PFL

**Requerimentos:****REQUERIMENTO N° 333**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais e,  
com fundamento no disposto pelo artigo

187, § 4° do Regimento Interno, REQUER,  
após ouvido o Plenário, dispensa de dis-  
cussão e votação da redação final para os  
projetos aprovados em 2ª discussão,  
constantes da Ordem do Dia da presente  
Sessão, que não tenham sofrido emendas no  
curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO N° 348**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas prerrogativas regimentais,  
REQUER, após ouvido o duto Plenário, re-  
tirada por 07 (sete) Sessões do item 04  
(quatro), 2ª Discussão, do Projeto de Lei  
n° 247/95, de autoria do Deputado Emerson  
Nerone, constante da Ordem do Dia da pre-  
sente Sessão (13/03).

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 349**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas prerrogativas regimentais,  
REQUER, após ouvido o duto Plenário, re-  
tirada por 05 (cinco) Sessões do item 01,  
2ª Discussão do Projeto de Lei n° 221/95,  
de autoria do Deputado Marquinhos Alves,  
constante da Ordem do Dia da presente Ses-  
são (13/03).

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 366**

SÚMULA: Retirada por cinco sessões do Pro-  
jeto de Lei n° 414/95, conforme  
especifica.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições, vem respeito-  
samente, com fulcro no art. 132 § 2°, in-  
ciso IV do Regimento Interno deste Poder,  
requerer à Mesa, ouvido o soberano plená-  
rio, a retirada por 05 (cinco) sessões, do  
Projeto de Lei sob n° 414/95, a fim de que  
o próprio autor, nobre Deputado Jocelito  
Canto, possa adequar a proposição aos re-  
quisitos exigidos pela Lei n° 5.638 de 13  
de setembro de 1967.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO N° 320**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
vem mui respeitosamente requerer de Vossa  
Excelência, o arquivamento do Projeto de  
Lei de minha autoria, n° 40/96 que declara  
de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó

Margarida de Ponta Grossa, por ser assunto da Lei nº 10327.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida, em vista da mesma já ter aquela declaração, conforme Lei nº 10327, de 07 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o Arquivamento do Projeto de Lei nº 221/95, item 01 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, propõem a organização de um seminário sobre saúde para debater os temas: As Reformas Neoliberais e o SUS e Gestão Semi-Plena.

Tal seminário será realizado dia 13.04.96 no plenarinho desta Casa, e terá as despesas (folders, cartaz, correio, divulgação, viagem e hospedagem dos convidados), arcadas pela Assembléia Legislativa do Paraná.

As despesas com convidados se dará através da hospedagem e 03 (três) viagens de avião nos seguintes trajetos: Londrina-Curitiba-Londrina, Rio de Janeiro-Curitiba-Rio de Janeiro e Belo Horizonte-Curitiba-Belo Horizonte.

Ainda, a organização do seminário ficará por conta da Comissão de Saúde Pública deste Poder que nomeará um coordenador.

Tal seminário será feito em conjunto com o Sindisaúde.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(aa) LUIZ ACCORSI

DOCTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 23.11.95, do Sr. Jair Pedrosa da Silva.

Pessoa de muitas amizades, ajudava

muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada, sito a Rua Charle Jean Renaut, 510, S. Lucia - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 23.11.95, do Sr. José Victor Ceregato.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada, sito a Rua Silva Jardim, 36 - Centro, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Profundo Pesar à família do Sr. Alberto Schenekenberg pelo falecimento do mesmo, nesta data.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Alberto Schenekenberg era pessoa que tinha grande envolvimento na comunidade de Ponta Grossa, principalmente no meio empresarial como supermercadista. Sua perda está sendo muito sentida pela família e pelos amigos e sua participação na sociedade será insubstituível, principalmente por sua ajuda às instituições de benemerência.

REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de Voto de Pesar à família do Sr. Vicente Frare pelo seu falecimento no dia de hoje, 13 de março de 1996, nesta Capital.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência a sua esposa, filhos, netos e bisnetos, conforme endereços abaixo relacionados:

Anita Sad Frare, residente na Av. Vis-

conde de Guarapuava, n° 4277-ap. 1401, nesta Capital; (esposa)

Ciro Frare, residente a Rua São Tomás de Aquino, n° 145 - Curitiba; (filho)

Cenir Frare Cunha, residente a Rua Augusto Ribas, n° 233 - ap. 123 - Ponta Grossa; (filha)

Celso Frare, residente na Travessa Lourival S. Torres, n° 2288 - CEP: 80.730-340 - Curitiba; (filho)

Nilton Slaviero Júnior, residente a Av. Visconde de Guarapuava, n° 4414 - ap. 301 - CEP: 80.240.010 - Curitiba. (neto)

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Vicente Frare nasceu em Ponta Grossa no ano de 1909 e ainda jovem iniciou o trabalho como madeireiro que acabou resultando na fundação das Empresas Divesa e Ouro Verde, entre outras.

Faria 87 anos no próximo dia 24 de março e deixa viúva a Sra. Anita Sad Frare.

#### REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão votos de congratulações à Senhora Adélia Dias Castela Ribeiro - Digníssima Diretora Geral, sua equipe auxiliar, corpo docente, discente e funcionários do Colégio Estadual do Paraná pelo transcurso dos 150 anos de sua fundação no dia 13.03.96.

O Colégio Estadual do Paraná é o grande estandarte da educação do nosso Estado, criado quando Curitiba se constituía ainda na 5ª Comarca da Província de São Paulo.

Sua história é uma história de crescimento e aperfeiçoamento, conforme demonstra e resenha do caminho percorrido por esta instituição desde a sua fundação até a atualidade, em seus acontecimentos mais expressivos.

1846 - É criado o Liceo de Curitiba, pela Lei n° 33 de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí.

1876 - Pela Lei n° 456 de 12 de abril, o Liceo passa a denominar-se Instituto Paranaense, anexo ao qual é instalada a Escola Normal, atual Instituto de Educação Professor Erasmo Piloto.

1892 - Pelo Decreto Estadual n° 03 de 18 de outubro, o Instituto passa a denominar-se Gymnásio Paranaense, com regulamento próprio.

1942 - A Reforma Capanema transforma o Curso Fundamental em Curso Ginasial, com quatro anos de duração e o Curso Comple-

mentar, em Curso Colegial, de três anos, com o Clássico e Científico. Pelo Decreto n° 614 de 10 de junho, o Gymnásio passa a Colégio Paranaense Externato.

1943 - O Presidente da República Getúlio Vargas, pelo Decreto n° 11.232 de 6 de janeiro, muda a denominação para Colégio Estadual do Paraná. O Interventor Federal do Paraná, pelo Decreto n° 1859 de 25 de março, confirma a denominação no âmbito estadual. O Ginásio Paranaense Internato passa para Colégio Paranaense, pelo Decreto Federal n° 12.135 de 2 de abril, desvinculando-se da tutela do Estado. É lançada a pedra fundamental do novo prédio na Praça Santos Andrade, onde se encontra edificado o Teatro Guaíra.

1944 - Julgada insuficiente a área anterior, o Interventor Manoel Ribas desapropriou a Chácara da Glória ou da "Nhá Laura", na Avenida João Gualberto, iniciando-se aí a construção da atual sede. Em virtude do estado de Guerra Mundial, o subsolo do prédio construído como abrigo antiáereo.

1949 - É criada, pela Congregação, a Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná, com o propósito de formação de um clube de radioamadores.

1950 - Em 29 de março, é inaugurada a sede atual, pelo Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra, pelo Ministro da Educação e Cultura Professor Clemente Mariani e pelo Governador Moisés Lupion.

1958 - É criado o Coral de Alunos, hoje denominado CORCEP. É criada a Escolinha de Arte.

1959 - É criada a Bandinha Rítmica. Pela Portaria Secretarial n° 2.654 de 15 de julho, foram criadas as Classes Integrais, extintas em 1968, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1964 - A Lei Estadual n° 4.978 de 5 de dezembro, estabelece o Sistema Estadual de Ensino, transformando o Colégio Estadual em órgão próprio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, facultando-lhe autonomia administrativo-financeira.

1967 - Pelo Decreto n° 4.985 de 2 de maio, a Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná desvincula-se do Colégio e torna-se Rádio Estadual do Paraná.

1968 - É criado o Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - OA-CEP, pela Portaria n° 204 de 16 de setembro. Faz-se a primeira experiência em televisão educativa no Estado: Programa Pingos do Saber, com o apoio da TV Paranaense - Canal 12.

1970 - Pela Portaria n° 51 de 30 de março, é criado o Planetário Professor Francisco José Gomes Ribeiro, passando a constituir o Observatório Astronômico e Planetário do Colégio Estadual do Paraná.

1978 - Inauguradas, em 27 de abril, as

instalações do Planetário.

1979 - Em 8 de maio, foi criado oficialmente o Museu Guido Straube.

1993 - São entregues as obras de recuperação total do prédio do Colégio.

1994 - A área física e o terreno do Colégio são tombados pelo Patrimônio Público Histórico do Estado, em 10 de março. Inauguração do Observatório Astronômico Professor DR. Leonel Moro, localizado em Almirante Tamandaré, em área doada pelo casal Antonio Lori e Eliana Maria Cordeiro de Souza.

1995 - Pela Resolução nº 1.114 de 27 de março, é extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento de ensino a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. Inauguração da Rede de Informática Administrativa e Pedagógica do Colégio Estadual do Paraná. Comemoração dos 45 anos de inauguração do atual prédio. Lançamento de carimbo alusivo à data pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Lançamento das comemorações do Sesquicentenário do Colégio Estadual do Paraná.

Há um século e meio educando gerações, formando cidadãos e homens de bens que são o retrato do Paraná, o Colégio Estadual do Paraná vem dando ao Paraná, ao Brasil e ao mundo profissionais do mais alto gabarito, nas diversas áreas inclusive política.

Congratulando-se com todo o povo paranaense pelo Sesquicentenário do Colégio Estadual do Paraná, este Parlamentar, através do presente homenagem e parabeniza a toda direção, corpo docente, discente e funcionários que no decorrer desses anos fizeram a história e deram vida a maior Instituição Estadual de Ensino do nosso Estado.

Contando com o apoio dos nobres Pares para o requerido, do aprovado, requer também seja comunicada a Senhora Adélia Dias Castela Ribeiro - Digníssima Diretora Geral do Colégio Estadual do Paraná, na Avenida João Gualberto, nº 250 - CEP: 80.030-000 - Centro - Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Rotary Club de Ponta Grossa pela comemoração de seu 60º aniversário.

Fundado em 1936, por dezoito cidadãos, profissionais destacados da comunidade, então com apenas 40 mil habitantes era a quadragésima célula rotária do Brasil e a segunda do Paraná. Pouca gente entendia o que podia ser um clube de serviços e mes-

mo, em nossos dias essa designação específica de Rotary e outras associações de finalidades inspiradas por ele ainda não é bem compreendida. A partir de sua fundação a Rotary Club de Ponta Grossa esteve ininterruptamente a prestar serviços na cidade e a honrar sua dignidade no conforto com os demais do Brasil e do mundo rotário.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Rotary Club de Ponta Grossa, em nome de sua diretoria e de todos seus membros.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 33 anos de fundação.

O Diário Popular, um dos mais tradicionais veículos da imprensa paranaense, está comemorando 33 anos de fundação. O jornal tem várias metas de expansão, visando atingir principalmente o interior do Estado. De linha independente, o Diário Popular tem sua ênfase editorial nas coberturas esportiva e policial, sendo também responsável por promoções tradicionais como os "Os Melhores do Ano" e "Chuteiras de Ouro".

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Jornal Diário Popular, em nome de seu Diretor-Presidente, Jornalista Abdo Aref Kudri, aos proprietários e funcionários.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a D. Pedro Fedalto e a D. Murilo Krugger, pela Campanha da Fraternidade 96, "Fraternidade e Política".

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano apresenta um tema que une a comunidade, inovador como nos anos anteriores; ilustrando tanto os eleitores como sabendo cobrar dos eleitos, um trabalho voltado ao interesse comunitário.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência a Dom Pedro Fedalto e a Dom Murilo Krugger.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), pela comemoração de seus 30 anos de fundação.

O PMDB de Ponta Grossa, comemora seu 30º aniversário de fundação do MDB/PMDB, de forma diferente, diante do que o partido já contribuiu para o crescimento do país principalmente na época da ditadura.

Em alguns aspectos a história peemedebista se confunde com a própria história da política do país, pois começou com o antigo MDB, vindo a se tornar o atual PMDB.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao PMDB de Ponta Grossa, em nome do Presidente do Diretório Municipal, Dr. Djalma de Almeida César, sito a Rua Dr. Francisco Burzio, 855, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à empresa Mercadomóveis, pela comemoração de seus 18 anos de fundação.

O Mercadomóveis, uma empresa especializada na venda de móveis e eletrodomésticos em geral, vem ao longo de 18 anos crescendo cada vez mais; tornando-se um expoente neste ramo dentro do Estado do Paraná.

A empresa no mês de seu aniversário quer bater o recorde de vendas, portanto abaixou seus preços e esticou os prazos de pagamento, o que deverá aumentar as vendas em torno de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à empresa Mercadomóveis, em nome de seu diretor-proprietário, Sr. Geroslau Paulik, bem como aos demais membros da família Paulik, aos administradores, gerentes e funcionários de todas as lojas da rede, sito na Av. Visconde de Taunay, 591, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao atleta Nilton Fior, pela conquista do primeiro lugar no campeonato de tiro, na categoria

pistola 45, realizado em Miami.

Nilton é campeão paranaense, brasileiro e sul-americano, iniciou a temporada de 96 com este título inédito, que vem fazer parte de seu longo currículo de títulos conquistados.

Competindo com 364 atletas de 47 países, o atleta pontagrossense assegurou o primeiro lugar na categoria pistola 45 standard, marcando 701 pontos, 44 acima do segundo colocado, o atleta é "Prata da Casa" em Ponta Grossa, e já iniciou os treinamentos, aplicando as novas técnicas assimiladas nos Estados Unidos, visando uma preparação física ideal para as vinte e uma competições previstas para a presente temporada.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência a Nilton Fior, sito a Rua Manoel dos Santos Ribas, 313, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 343

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Sr. Roberto Frederico Merhy por ter assumido a presidência da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP.

A APIESP, foi criada para ser porta-voz do ensino superior paranaense. Todas as instituições de ensino superior, de uma forma ou de outra, tiveram participação na criação da entidade, que no seu primeiro ano de atuação procurou trabalhar no sentido de tornar-se conhecida e divulgar seus propósitos.

O Reitor da UEPG, está assumindo a vaga deixada pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, que assumiu a presidência da ABRUEM - Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dado ciência ao Sr. Roberto Frederico Merhy, na UEPG, sito a Av. Bonifácio Vilela, s/n°.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao cronista esportivo, Edson Staichaka, do "Jornal da Manhã" de Ponta Grossa, pelas matérias que divulgam o esporte como sendo um



meio de entretenimento aos jovens, afastando-os assim das drogas.

O cronista acima referido, coloca o esporte em primeiro plano, como sendo um aliado anti-drogas, afastando a maioria dos jovens que praticam esporte das drogas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência a Edson Stanchaka, sito a Rua Santos Dumont, 1039, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Sr. Cândido Neto, repórter do esporte amador do "Jornal da Manhã" da Cidade de Ponta Grossa, pelo bom trabalho que vem apresentando.

Cândido Neto é um dos melhores repórteres dentro da crônica esportiva e do esporte amador, não somente da cidade de Ponta Grossa, mas também do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Sr. Cândido Neto, no Jornal da Manhã, sito a Rua Santos Dumont, 1039, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Selvino Renner, presidente da União Sarandiense das Associações de Moradores, da Cidade de Sarandi, pelos relevantes trabalhos prestados àquela comunidade e aos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação - SFH do Paraná.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Selvino Renner, presidente da União Sarandiense das Associações de Moradores, entidade que coordena a atuação das entidades comunitárias no Município de Sarandi, desenvolve um grande trabalho objetivando a organização dos moradores em suas entidades representativas, além de estar a frente da luta reivindicatória dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, que tiveram suas moradias construídas com recursos do FGTS e superfaturadas, que hoje encontram grandes di-

ficuldades em saldar suas dívidas, com o agente financeiro.

Na qualidade de 2° Tesoureiro da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, o Sr. Selvino Renner, além de representar na entidade as Associações do Norte do Estado, vem contribuindo com a organização do movimento comunitário em todo Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão votos de louvor à novelista Glória Perez da Rede Globo de Televisão pela inclusão do Movimento Nacional da Criança Desaparecida no capítulo da novela Explode Coração apresentada no dia de ontem, 11.03.96.

O desaparecimento de uma criança do seio de uma família é uma chaga aberta que nunca cicatriza, que aprofunda-se e sangra cada vez mais com o passar dos anos.

No Paraná, onde temos 13 crianças - oficialmente - desaparecidas, temos acompanhado e nos engajado na luta dos pais para reencontrá-las. Por isso, sabemos o quanto é difícil conseguir espaço para divulgação dos desaparecimentos.

Foi importantíssimo o espaço oferecido no capítulo de ontem (11.03.96) da novela Explode Coração, onde num gesto de grandeza e humanidade a novelista Glória Perez uniu a ficção à realidade, oportunizando a algumas mães que tiveram seus filhos desaparecidos, relatar a todos os rincões do país - e com certeza também a alguns lugares dos países circunvizinhos, como por exemplo o Paraguai - o seu drama, mostrando a fotografia dos seus filhos e pedindo ajuda para reencontrá-los.

Pelas crianças desaparecidas, pelos seus pais, pelas suas famílias, pelo alerta e conscientização de todo o Brasil para o problema do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida, justifica-se este requerimento.

Assim, ante a humanidade, solidariedade e grandeza do gesto da novelista Glória Perez, não podia este Parlamentar deixar de louvá-la.

Contando com o apoio dos nobres Pares para o requerido, do aprovado, requer também seja comunicada a Sra. Glória Perez - autora da novela Explode Coração da Rede Globo de Televisão, no seguinte endereço: Rua Eurico Cruz, n° 64 - apto.303 - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - CEP: 22.461-200.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) RICARDO CHAB



## REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de moção ao SERPRO, demonstrando preocupação pelas demissões dos trabalhadores desta Estatal.

Numa conjuntura de violento desemprego é preocupante que empresas eficientes dispensem seus trabalhadores, principalmente considerando que são trabalhadores treinados e competentes com uma média de 14 anos de firma e uma média de idade bastante avançada (cerca de 40 anos).

Tais demissões colocam em dificuldades inúmeras famílias, agravam o problema de desemprego e desqualifica o trabalho desenvolvido pela empresa.

Assim solicitamos que a empresa suspenda sua política de demissões.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Irineu Colombo e Péricles Mello.

## REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja formulado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a redução das tarifas de energia elétrica no Paraná, junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, conforme disposição da Lei n° 8.631 de 04 de março de 1993.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Decreto n° 774, de 18 de março de 1993, da Presidência da República, que regulamenta a Lei n° 8.631 de 04 de março de 1993, em seu Artigo 1°: - "O concessionário do serviço público de energia elétrica proporá ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, do Ministério de Minas e Energia, para homologação, dos níveis de suas tarifas, conforme estabelece este decreto" -, desta forma o Senhor Governador do Estado do Paraná, poderá através da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou mesmo através de sua solicitação, promover a redução imediata das tarifas de energia do Paraná, beneficiando mais de seis milhões de pessoas.

Em encontro com o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, o Senhor José Said de Brito, Diretor do DNAEE (Folha de Londrina de 13 de março de 1996, página 03), garantiu que procederá a redução dos valores das tarifas no Paraná a qualquer pedido de revisão de corte, que parta do Governo ou

da COPEL.

## REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais; considerando a paralisação das obras, já licitadas e contratadas, das marginais e trincheiras na BR-116, bem como da pavimentação urbana no Município de Fazenda Rio Grande, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz - Secretário de Estado dos Transportes, para que informe quais as medidas que estão sendo tomadas para o reinício das obras, em que prazo serão reiniciadas, assim como, quais as medidas tomadas em relação ao eventual descumprimento das obrigações contratuais das empresas, tendo em vista o Artigo 87 da Lei Federal n° 8.666.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a importância da construção de marginais e trincheiras na BR-116, no Município de Fazenda Rio Grande, em função dos inúmeros acidentes graves que vêm ocorrendo, inclusive com a perda de vidas humanas, conforme pode-se constatar facilmente através dos registros da Polícia Rodoviária Federal.

Estas obras são altamente prioritárias também porque a BR-116 divide a área urbana da Fazenda Rio Grande, obrigando ao tráfego e cruzamento diário de milhares de pedestres e veículos naquela estrada de grande movimento.

Portanto, trata-se de obras que exigem a imediata conclusão, não se podendo admitir que o DER inicie outras obras sem antes concluir estas.

## REQUERIMENTO N° 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Agricultura, Sr. Hermas Brandão, solicitando o seguinte:

No Município de Cândido de Abreu, existe uma área de terra com cerca de 20 hectares, onde antigamente funcionava o Colégio Agrícola daquele município. Hoje esta área pertence a CODAPAR. O que se requer neste momento é que esta área seja repartida entre o Colégio Agrícola e a CODAPAR, para um melhor aproveitamento das terras.

Se realizada a repartição das terras, poderá ocorrer um aproveitamento melhor tanto por parte do Colégio Agrícola como por parte da CODAPAR.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil e ao Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná, manifestando preocupação quanto às notícias que dão conta do fechamento de agências do CESEC em vários municípios do Paraná e em especial, no município de Cornélio Procopio.

O Deputado requer ainda que a direção desta importante Instituição financeira - Banco do Brasil -, na impossibilidade da manutenção da unidade em funcionamento, estude uma alternativa à posição extrema de fechamento, que seria, não o fechamento imediato da CESEC em Cornélio Procopio, mas sim o fechamento paulatino.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista que o CESEC de Cornélio Procopio foi instalado a menos de 04 (quatro) anos representando grande alento à economia do município bem como uma melhoria no serviço prestado pela Instituição, além de que os funcionários designados para prestar serviços no município se integraram plenamente à vida da cidade, como também seus familiares, esposas e filhos, e assim, o fechamento representaria um transtorno a todos, e se o fechamento ocorresse num prazo maior, permitiria às famílias dos funcionários se adaptarem a nova realidade.

REQUERIMENTO N° 335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Diretor Regional do DNER do Paraná, para que seja providenciado a colocação de Quebra-mola ou redutores de velocidade na BR-277, localidade de Mato Queimado, município de Guaraniaçu e nas proximidades do trevo que dá acesso ao município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Mato Queimado, situada às margens da BR-277 e no trevo que dá acesso ao Município de Campo Bonito, vem conhecendo um crescente e assustador aumento nos acidentes de trânsito no local, verificando-se a ocorrência de muitas vítimas fatais e outras tantas com comprometimento físico irreversível.

No local estão instaladas Escolas, Igreja, intenso comércio, motivando grande

movimentação popular diariamente. A alta velocidade dos veículos, inclusive pesados, tem sido a principal responsável pelos seguidos acidentes. Nem as placas sinalizadoras de limite de velocidade têm conseguido fazer o ímpeto dos motoristas, favorecidos pela topografia plana.

Assim sendo, somente com a aplicação de meios coibidores de velocidade será possível diminuir o número de atropelamento e acidentes, que, como já se disse, ceifam vidas inocentes, grande parte delas, de crianças.

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DER, Luiz Alberto Kuster, solicitando o término das obras e melhorias urgentes nos trevos de acesso ao Município de Cianorte, PR-423.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os trevos de acesso a Cianorte na PR-323 foram executados desde o último ... passado.

Após a execução sabemos nós que, os mesmos além da estrutura de concreto, também devem ter melhorias como: jardinagem, iluminação, etc...

REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da COPEL, Ingo Henrique Hubert, no sentido de que seja efetuada a iluminação pública da Praça Tarás Schewtchenko, em frente a Igreja Ucrâniana Sagrado Coração de Jesus, na Cidade de Ivaí - PR.

A referida praça, pelo fato de não possuir iluminação, tem apresentado perigo noturno para as pessoas que por ali passam, ocorrendo também atos de vandalismo, devido a escuridão no local.

Em anexo segue ofício da Câmara Municipal de Ivaí, pedindo solução para o problema acima exposto.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral do DER, Senhor Luiz Alberto Kuster, solicitando o cascalhamento da estrada que liga o Muni-

cípio de Ivaí até a localidade de Guavirova passando por Cachoeirinha e também da estrada que liga Ivaí até a localidade de Índio Camargo, passando pela localidade de Embú.

Os referidos cascalhamentos são de grande importância e necessidade, devido ao estado precário em que se encontram, dificultando o tráfego dos veículos e o escoamento da produção agrícola.

Em anexo, segue ofício da Câmara Municipal de Ivaí, pedindo solução para o problema acima referido.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando providências urgentes no setor de água do Município de Ivaí.

Foi feito o poço artesiano há mais de dois meses e a água que está sendo distribuída à população é de péssima qualidade, podendo vir a causar doenças nas pessoas que desta água usufruem, tanto para o preparo de sua alimentação, como para a higiene pessoal.

Em anexo, segue ofício da Câmara Municipal de Ivaí, pedindo solução para o problema acima exposto, antes que a população seja contaminada por alguma doença, causando assim ainda mais problemas para o município e principalmente para a população.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner, solicitando recursos para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A situação financeira da UEPG neste início de ano é pior do que no ano passado. Segundo a reitoria, devia ser enviada uma verba de R\$ 80.000,00 pelo estado, mas foram enviados somente R\$ 52.000,00.

O Reitor tem algumas idéias alternativas para arrecadar fundos para a instituição, uma delas é cobrar taxa de estacionamento no Campus Universitário, mas para colocar em prática essa proposta deve cercar o local e colocar guaritas para poder dar segurança aos veículos, e isso requer custos e o auxílio do Governo. Este modo alternativo para arrecadar recursos pode amenizar a situação, mas não resolve o

problema totalmente.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reinício das obras de pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guamirim.

A presente solicitação visa a retomada das obras que se encontram paralisadas, o que torna difícil o acesso entre o Município de Inácio Martins e o Distrito de Guamirim, dificultando o escoamento da safra agrícola, o transporte escolar e a interligação entre o Município de Inácio Martins e as localidades.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Administração, fazendo o seguinte questionamento:

1. Qual a composição da Carteira de Ações da Fundação COPEL, nos últimos noventa (90) dias.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando informações sobre o andamento do projeto do Plano de Cargos e Salários dos professores e servidores das Instituições de Ensino Superior do Estado e a previsão de encaminhamento do mesmo a este Legislativo.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

Há anos os servidores das Instituições de Ensino Superior do nosso Estado lutam pelo seu Plano de Cargos e Salários, o qual foi encaminhado à essa Secretaria no ano passado e até agora não chegou a esta Assembléia para discussão e votação.

#### REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior solicitando informações sobre o repasse de verbas às instituições de ensino superior do Estado, neste ano, especificando as instituições, valores repassados para custeio, valores repassados para investimento, mês-a-mês.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

As instituições de ensino superior do Paraná estão denunciando a diminuição dos recursos financeiros repassados neste início de ano, o que está causando problemas de toda espécie para manutenção do ensino superior.

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando informações sobre as providências para a reintegração de posse de área de terra em Castro, pertencentes ao Estado do Paraná, no lugar denominado Ribeirão das Areias, gleba, 3, lotes n°s 41, 42, 45, 46 e 47.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Desde 1985 Dinorah Agner Lemos, Verdolino Gomes Assis e Laura Agner Lemos lutam na justiça para se manterem na área na qual vivem há mais de vinte (20) anos e que foi ocupada pela empresa Geosul - Engenharia Rural Ltda.

No ano passado o S.T.F. deu a decisão final de que a área é do Estado do Paraná, porém até agora o Estado não se reintegrou na posse, estando o respectivo processo na S.E.M.A. para levantamentos.

É necessário que o Estado se reintegre na posse para, em seguida, as famílias requererem a posse para si como é de direito já reconhecido pela Justiça.

REQUERIMENTO N° 355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER informações ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, M.D. Secretário de Estado dos Transportes, sobre o procedimento de transferência do contrato de empreitada de n° 015/95, de autoria do Departamento de Estradas de Rodagens - DER, por cessão, à empresa Tibagi - Engenharia, Construções e Mineração Ltda, autorizada pelo Governador do Estado do Paraná em 01 de dezembro de 1995, con-

forme publicado no Diário Oficial do Estado na mesma data.

O presente requerimento encontra fundamento no princípio constitucional da transparência administrativa, cláusula pétrea da Constituição Brasileira, característica do Estado de Direito, e também face ao princípio da indispensabilidade do procedimento licitatório para quaisquer contratações do Poder Público com a iniciativa privada com emprego do dinheiro público. Neste caso, solicitam-se informações no sentido da transferência, por cessão, de um contrato de empreitada de uma empreiteira privada para outra, sem qualquer procedimento licitatório, mas por mera cessão. Necessita o requerente, portanto das informações sobre a legalidade da medida.

Pelo exposto, e no sentido da vigência do princípio constitucional da transparência e da viabilidade democrática é que se encaminha o presente requerimento, apoiado pelo requerente e pelos Deputados a seguir subscritos.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvida do Plenário, REQUER envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Giovanni Gionédís, M.D. Secretário de Estado de Governo, solicitando a proposta de reclassificação dos consumidores de energia elétrica do Estado do Paraná enviada pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia, ao DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Na oportunidade esclarecemos que o presente requerimento tem por objetivo esclarecer à sociedade paranaense qual é a proposta da COPEL em relação à nova classificação dos consumidores de energia elétrica, sendo indiscutível que, face aos recentes aumentos nas tarifas de energia elétrica, tal questão se tornou de relevante impacto social.

Tal se requer em homenagem ao princípio da publicidade e da transparência administrativa, cláusula pétrea constitucional, como reza do art. 37 da Constituição Federal, consolidado em nosso Estado pelo art. 27 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Giovan-

ni Gionédis, M.D. Secretário de Estado de Governo, solicitando os termos do processo nº 48000.001653/93-23 protocolado pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia, junto ao DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e que resultou na edição da Portaria nº 450/95 do órgão citado.

Na oportunidade esclarecemos que o presente requerimento tem por objetivo esclarecer à sociedade paranaense quais são os fundamentos que levaram a COPEL a requerer a majoração das tarifas de energia elétrica no Estado do Paraná conforme a Portaria citada, eis que o Diretor do DNAEE, Sr. José Said de Brito, recentemente declarou que toda a majoração de tarifa é somente autorizada pelo órgão sob sua responsabilidade, sendo, no entanto, requerida por quem de direito.

Tal se requer em homenagem ao princípio da publicidade e da transparência administrativa, cláusula pétrea constitucional, como reza do art. 37 da Constituição Federal, consolidado em nosso Estado pelo art. 27 da Constituição Estadual, eis que a COPEL é empresa pública e concessionária de serviço público.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 058/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede na Cidade de Rio Bom, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) MILTINHO PUPPIO

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 14 de novembro de 1994, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Rio Bom, tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação e reabilitação e inserção social dos excepcionais, além da assistência social a menor com problemas de relacionamento de excepcionalidade. Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 005/95 de 03 de julho de 1995, necessita o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual para fins de firmar convênios com órgãos do Governo Federal.

PROJETO DE LEI Nº 059/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera redação da Lei nº 11.224, de 13 de dezembro de 1995, que criou o Município de Tamarana, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município de Londrina, com os seguintes limites e confrontações:

#### Com o Município de Londrina

Inicia na foz do rio Santa Cruz no rio Apucarantina, desce por este até a foz do córrego Faustino, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral nordeste até a cabeceira do ribeirão dos Morães, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a divisa da reserva indígena do Apucarantina, segue por esta divisa até encontrar o rio Apucarana.

#### Com o Município de Ortigueira

Inicia no encontro da divisa da reserva indígena do Apucarantina com o rio Apucarana, sobe por este até a foz do rio Preto, sobe por este até sua confluência com o rio do Meio.

#### Com o Município de Mauá da Serra

Inicia na confluência do rio Preto com o rio do Meio, sobe por este até a foz do arroio Mato Queimado, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral noroeste até a cabeceira do rio Valêncio, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a estrada Lagoa/Mauá.

#### Com o Município de Marilândia do Sul

Inicia no encontro da estrada Lagoa/Mauá com o rio Apucarantina, desce por este até a foz do rio Santa Cruz."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Ângelo Vanhoni.

#### JUSTIFICATIVA:

Em vista do equívoco na demarcação, que incluiu a reserva indígena de Apucarantina nos limites do novo Município de Tamarana, área que não poderia ser afetada, sob pena de lesão à comunidade silvícola na conservação de sua cultura, patrimônio, assistência médica e social; direitos que ao serem feridos constituem crime, previsto na Lei nº 6.001 de 19/12/73, apresenta-

-se o presente projeto.

É notório que o município recém-criado - Tamarana - não tem condições sócio-econômicas para desenvolver um programa de atendimento exigido pelo Estatuto do Índio (arts. 47 a 53) e as Constituições (Federal, art. 231 e seguintes e Estadual, art. 226 e seguintes) como vem sendo feito pela atual Prefeitura de Londrina. E "perturbar de qualquer modo", a cultura indígena, ou seja, contra a pessoa do índio, seu patrimônio ou os costumes, constitui crime, como previsto no art. 58 e seguintes da Lei Federal 6.001/73. Já a proteção à saúde e educação, além de estarem assegurados pelas Constituições - Estadual e Federal, também estão pelo Estatuto do Índio (art. 47 e seguintes). A mesma preocupação, observa-se pelo dispositivo da Lei n° 5.371 de 05/12/67, art. 1°, alínea "d", que pretende o resguardo à aculturação espontânea do índio, "de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas".

Destarte, para garantir a tutela exigida por lei, prioritariamente representada pela preservação do patrimônio cultural e ambiental, integração do índio na sociedade nacional, assistência à saúde (área médica e odontológica) e à educação, há que corrigir a Lei 11.224/95, de modo que a reserva de Apucarantina continue a pertencer ao território de Londrina para que esta possa continuar prestando os seguintes serviços:

Os 600 Kaingangs que habitam a aldeia são atendidos pelo trabalho da municipalidade de Londrina, através de projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura e meio ambiente. No ano passado, por exemplo, a administração municipal realizou um concurso inédito no Brasil para contratação de professores bilíngues. Quatro Kaingangs foram aprovados e imediatamente contratados. O concurso possibilita que as 160 crianças da aldeia sejam agora alfabetizadas na língua nativa, para não perder as suas origens, e na língua portuguesa, para mais adiante manter um convívio mais estreito com o homem branco. A educação, como atalho mais rápido para se chegar à cidadania.

Dois médicos, um dentista, dois agentes de saúde - um deles índio, cuidam semanalmente da saúde dos Kaingangs. Enquanto um médico atende no posto, outro percorre as casas para um diagnóstico mais detalhado do quadro clínico das crianças, idosos, homens e mulheres. No Apucarantina, o médico de família funciona na prática. É o compromisso de executar um programa cujo objetivo está ligado a melhoria de qualidade de vida da comunidade indígena.

Enfim, atuar nas mais diversas áreas, através de uma política conscientizadora

para que a médio prazo os Kaingangs possam administrar os seus próprios problemas, resolvendo eles mesmos as situações adversas que possam surgir faz parte do programa de atendimento ao índio, desenvolvido pela Prefeitura de Londrina e que não pode ser extinto sob pena de prejudicar toda uma comunidade, além de afrontar as legislações vigentes.

PROJETO DE LEI N° 060/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o "Selo Verde", com o objetivo de identificar produtos fabricados, produzidos e comercializados no Estado do Paraná, que não causem danos ao meio ambiente.

Art. 2° - Compete às Secretarias de Estado do Meio Ambiente; Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a administração e aplicação das medidas necessárias à consecução dos objetivos de que trata esta lei.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

No início da década de 70, surge um grupo com críticas as tendências da sociedade industrial voltada para os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, decorrentes da atividade industrial e do crescimento econômico. Estudos realizados na época, alertaram as autoridades, que, a persistir as taxas de crescimento demográfico e econômico do mundo, efeitos catastróficos ocorreriam em meados do próximo século, tais como: envenenamento geral da atmosfera e das águas, escassez de alimentos, bem como o colapso da produção, agrícola e industrial, decorrentes da crescente demanda dos recursos naturais não-renováveis.

A explosão consumista criou a sociedade descartável, as pessoas passaram a desperdiçar. Os ambientalistas reconhecem que tais práticas acarretam mais poluição e maior demanda de recursos naturais. Nos países desenvolvidos, a sociedade está questionando os valores materialistas que a seduziu, mudando seu estilo de vida e pressionando o Estado a tomar medidas efetivas de controle ambiental.

Nos Estados Unidos, os consumidores "verdes" representam 37% da população, nos



países europeus, como a Suíça, Alemanha e Inglaterra já são 50%.

Através da pressão do consumidor, as empresas estão cada vez mais adequando seus produtos para a preservação do meio ambiente, através da criação de novos produtos "verdes", utilização racional dos recursos naturais e eliminação dos poluentes.

A consciência ecológica por parte das empresas resultou, também, na modificação do conceito de qualidade do produto, que agora precisa ser ecologicamente viável.

Pesquisas realizadas pela Harvard Business Review mostrou que o interesse manifestado por empresários e executivos em produzir bens através de tecnologia que não agrida o meio ambiente. O índice entre os japoneses é de 44%, entre os alemães 36% e os brasileiros com 9%.

Algumas das principais empresas do mundo, estão tentando assimilar o conceito de desenvolvimento industrial sustentado, tomando medidas para criarem uma mentalidade empresarial no que diz respeito à preservação ambiental. A adoção de tecnologias ou produtos de menor impacto ao meio ambiente, passou a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência das empresas.

As empresas brasileiras com performance ambiental são aquelas com maior inserção no mercado internacional, onde a globalização dos problemas ambientais estão contribuindo para uma nova postura empresarial.

A constante pressão dos organismos internacionais, dos meios de comunicação e da sociedade, fazem com que algumas empresas se vissem compelidas a implementar programas ambientais.

Os produtos "amigos da natureza" estão sendo legitimados e reforçados pelo processo de comunicação, influenciando as mudanças de atitude do consumidor.

Percebe-se, ainda, o crescimento das preocupações com a questão ambiental sob a forma de esforços ativos por parte do Governo, através de incremento das regulamentações de projetos ecológicos e aumento do controle das empresas poluidoras.

Algumas organizações brasileiras estão dirigindo seus esforços no sentido de descobrir produtos, embalagens, matérias-primas, fontes energéticas de processos produtivos que não causem danos ao meio ambiente, ou seja, não estão aceitando a poluição ecológica como subproduto. A compatibilização da atividade industrial com a preservação ambiental é hoje, uma responsabilidade da qual ninguém pode fugir. Ademais, o controle ambiental passou a ser também uma questão econômica, pois a minimização da geração de rejeitos acaba trazendo para as empresas, benefícios eco-

nômicos.

É necessário que a sociedade brasileira organize-se politicamente e exija que a tecnologia de menor impacto ambiental aplicada nos países do primeiro mundo, seja também adotada aqui. Essa organização, entretanto só ocorrerá com o aumento de informações e com a educação ambiental, únicos fatores que motivarão o consumo de produtos que não causem danos ao meio ambiente.

PROJETO DE LEI N° 061/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 11.257 de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Ariranha do Ivaí, com o território desmembrado do Município de Ivaiporã, com sede na localidade de mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Ivaiporã:

Inicia na divisa da Gleba Água Fria 1ª Parte com as terras da Colônia Manoel Ribas no Rio Azul, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 13-A e 14 da Gleba Ariranha - Secção "E", segue por esta na direção geral Leste até encontrar a divisa do lote 13-A com o lote 20, deste ponto segue pela divisa dos lotes 13-A, 13-B, 13 e 31 com os lotes 20, 33, 32 até encontrar a divisa entre os lotes 4 e 4-A da Gleba Ariranha - Secção "G", segue por esta divisa na direção geral Noroeste, até encontrar Espigão - B (estrada), segue por este na direção geral Noroeste, passando pelos lotes 4, 3, 2 e 1-C, com os lotes 8, 6-A, 6 e 5, da Gleba Ariranha - Secção "G" até encontrar a Estrada Formoso, segue por esta até a cabeceira do Arroio Leão que é divisa entre os lotes 25 e 45-A da Gleba Ariranha - Secção "G", desce por este até sua foz no Ribeirão Barraquinha, desce por este até sua foz no Rio Azul, desce por este até a sua foz no Rio Ivaí.

Com o Município de Grandes Rios:

Inicia na foz do Rio Azul no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio do Tigre.

Com o Município de Cândido de Abreu:

Inicia na Foz do Rio do Tigre no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Ribeirão Veado.

Com o Município de Manoel Ribas:

Inicia no Rio Ivaí na foz do Ribeirão Veado, deste ponto segue pela divisa das Glebas Ariranha e Rio Azul com as terras



da Colônia Manoel Ribas até encontrar o Rio Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(aa) ORLANDO PESSUTI

EDSON SILVA LINO

**JUSTIFICATIVA:**

Apresentamos a presente proposição, atendendo às sugestões dos órgãos competentes, com o intuito de apenas corrigir o artigo 1º da lei que criou o Município de Ariranha do Ivaí, fazendo pequenas alterações no memorial descritivo do Município criado.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para que viabilizem a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 062/96

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 11.219 de 8 de dezembro de 1995, que criou o Município de Arapuã, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Arapuã com o território desmembrado do Município de Ivaiporã, com sede na localidade de mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

**1. Com o Município de Jardim Alegre:**

Inicia no encontro do Rio Corumbataí com as Estrada do Divisor, segue por esta até encontrar a Estrada da Fazenda Sete Mil Alqueires, segue por esta até encontrar a Estrada Bentevi, segue por esta até o Rio da Bulha.

**2. Com o Município de Ivaiporã:**

Inicia na Estrada Bentevi no Rio da Bulha, sobe por este até a Foz da Água Pedro Laurindo, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a Estrada Beija Flor/Arapuã, deste ponto segue por uma estrada secundária até encontrar a divisa dos lotes 20-B e 20-A com o lote 19-A da Colônia Corumbataí, segue por esta divisa até encontrar a Estrada Alto Patrimônio/Corumbataí, segue por esta na direção Noroeste até encontrar a Estrada Barreirinha, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar a ponte sobre o Rio Corumbataí.

**3. Com o Município de Nova Tebas:**

Inicia na Estrada Barreirinha na ponte sobre o Rio Corumbataí, desce por este até encontrar a Estrada do Divisor.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.96.

(aa) ORLANDO PESSUTI

EDSON SILVA LINO

**JUSTIFICATIVA:**

Apresentamos a presente proposição, atendendo às sugestões dos órgãos competentes, com o intuito de apenas corrigir o artigo 1º da lei que criou o Município de Arapuã, fazendo pequenas alterações no memorial descritivo do Município criado.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para que viabilizem a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Convidamos o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti a fazer a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Sr. Presidente, o Senhor me permite, antes de fazer a leitura da Ata, de comunicar a esta Mesa que se encontram na Assembléia Legislativa do Paraná as esposas de Policiais Militares que vieram aqui e também ao Palácio do Governo, procurar valorizar o trabalho dos seus maridos. Elas estão presentes no Plenário e deverão entregar aos Senhores Deputados e a Presidência desta Casa uma pesquisa elaborada e realizada pela Associação das esposas dos Policiais Militares do Paraná em Londrina, que retrata a realidade da nossa gloriosa Polícia Militar do Paraná.

Em nome desta 2ª Secretaria e da Presidência da Casa, Deputado Luis Carlos Zuk e do Senhor 1º Secretário Deputado Luiz Carlos Martins, e do titular desta Casa Deputado Anibal Khury, nós saudamos as esposas dos Policiais Militares que estão neste Parlamento hoje, procurando valorizar o trabalho dos seus maridos.

E a 2ª Secretaria registra também a presença valorosa do Vereador Adalberto, um homem também que é Vereador em Londrina e integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná.

É o registro feito, em nome da 2ª Secretaria, através deste Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos destacar nesta tarde de hoje na tribuna desta Casa, primeiro nossos cumprimentos as senhoras dos policiais militares que se fazem presentes nesta tarde neste Poder Legislativo, reivindicando tudo o que é direito, os baixos salários recebidos pela Polícia Militar do Estado do

Paraná, a qual tenho debatido, discutido e cobrado uma postura de pelo menos igualdade à Polícia Civil do Estado do Paraná. Então ficam as senhoras e os membros desse movimento aqui presentes, a nossa solidariedade em respeito aos baixos salários que recebem principalmente os policiais militares do Estado do Paraná. Esperamos que o Governador do Estado na sequência, dê a eles o que é direito.

Sr. Presidente, gostaríamos de lhe cumprimentar também por ter tomado posse como Presidente da COPASUL, Conselho Parlamentar do Sul, realizado na Cidade de Florianópolis no dia de ontem, onde V.Exa. Presidente neste momento nesta Casa, tomou posse como Presidente do COPASUL, naquela oportunidade tratou de um assunto importantíssimo que é o fortalecimento do BRDE.

Portanto, em nome dos demais companheiros dessa Casa, queremos lhe cumprimentar pela posse, e que durante esses seis meses que tiver diante do COPASUL, possa realmente fazer com que o nome do Estado do Paraná, através da sua Presidência, seja feito com muita satisfação e com muita competência. É o que nós acreditamos.

Também queremos aproveitar hoje para cumprimentar S.Exa. o Governador do Estado Jaime Lerner, que no dia de ontem deu uma importante notícia a todo o Estado do Paraná, e nós estávamos em Santa Catarina ontem e vimos, a frustração dos Catarinenses que em plena reunião do COPASUL, os catarinenses, a bem da verdade queriam se esconder em baixo da mesa, porque quando houve a notícia de que a Renault viria para o Paraná, eles ficaram realmente indignados, como também os gaúchos lá presentes.

Então, gostaria de cumprimentar a S.Exa. o Governador do Estado, que apesar de ter trazido a empresa para Curitiba, região metropolitana, de acordo com as condições técnicas estabelecidas pela empresa, nós queremos em nome dos Campos Gerais, em nome dos esquecidos Campos Gerais de Ponta Grossa, solicitar ao Governador que se empenhe agora, no sentido de que a Renault possa absorver também a pequena Impar que tem capacidade para dois mil empregos em Ponta Grossa, e com isso a Impar que fabrica inclusive peças automotivas, possa dessa forma também ser beneficiada e aquela empresa parada e abandonada em Ponta Grossa, possa imediatamente vir a funcionar. Pelo menos essa é a promessa que o Sr. Governador deu ao povo de Ponta Grossa; logo que assumiu o cargo de Governador.

Esperamos agora que ele tenha pensado trazendo a Renault para o Paraná em São José dos Pinhais que ele se lembre que ali do lado de São José dos Pinhais, aqui em

Ponta Grossa existe uma empresa que também trabalha com este setor, e que está parada, e poderá oferecer emprego pelo menos para cinco mil pessoas indiretamente, se assim houver uma vontade do Governo do Estado para reativar esta empresa.

Então, em nome dos Campos Gerais, em nome de Ponta Grossa, queremos neste momento solicitar ao Exmo. Sr. Governador do Estado que, ele lembre-se que Ponta Grossa necessita da imediata reabertura da Impar, com a vinda da Renault quem sabe, seja a grande oportunidade dele se refazer com o comunidade de Ponta Grossa dos Campos Gerais um tanto esquecidos no seu Governo.

O SR. PÉRICLES MELLO - Gostaria de cumprimentar o Deputado Jocelito Canto pela sua postura, e, dizer que, inclusive o Sindicato dos metalúrgicos através do companheiro José Luiz Teixeira, está empenhado e nos pediu que, junto com os demais Deputados, Deputado Jocelito, Deputado Plauto, Deputado Zuk, nós agendássemos uma audiência com o Governador Jaime Lerner, para discutir com profundidade o problema da Impar, na medida que é uma empresa que pode gerar mais de mil empregos diretos em Ponta Grossa. A empresa existe, está lá parada, e não podemos entender, porque não se toma uma solução, quando grandes incentivos são dados a empresas que vêm de fora, o que é justo. Mas, justo é, as empresas que já existem receberem um incentivo do Governo.

Então, gostaria de cumprimentar o Deputado Jocelito e, colocar a disposição também, para, juntos nós fazermos uma audiência imediata com o Governador Jaime Lerner e com a presença do Sindicato dos Metalúrgicos de Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Péricles Mello.

É isso que precisamos que o Governo do Estado lembre-se que à 100 Km tem uma Cidade chamada Ponta Grossa e tem uma fábrica parada e que, inclusive com recursos do Estado, que pode ser movimentada, e, quem sabe seja esta grande oportunidade, e quem sabe o Governo esteja trabalhando "meio mineiro" como trabalhou a Renault e venha dar esta notícia a Ponta Grossa.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Agradeço pelo aparte.

Quero confessar a Vossa Excelência que, desde ontem eu tenho visto através dos meios de comunicação e da tribuna desta Casa, e especialmente eu ouvi ontem, o Líder do Governo desta Casa, Deputado Algaci Túlio, a comemoração pela vinda da Indústria Automobilística Renault, que vai instalar aqui no Paraná uma montadora.

Isso é claro, é um motivo de alegria

para todos nós paranaenses, mas, quero confessar a V.Exa., que fiquei profundamente frustrado, porque claro, a Renault definiu que, estrategicamente colocaria a sua fábrica próximo ao Porto de Paranaguá e, com isso nós vimos preterido o interior do nosso Estado, o Oeste do Paraná, o Norte do Estado, Região de Londrina especialmente que há tantos anos acalenta por uma indústria de grande porte, porque aqui felizmente, nesta nossa região além da Volvo e outras empresas mais, nós temos a PETROBRÁS aqui em Araucária.

Seguramente até por isso, Curitiba e a Região Metropolitana detêm hoje cerca de 80% da movimentação financeira do Estado, é muito forte a participação da região sul na economia paranaense, sendo que, os empregos paranaenses e a população mais pobre do Estado está justamente no interior, porque vive da agricultura, vive para a agricultura, e, para a agricultura nós temos visto que a política agrícola não é muito favorável.

Mas, pior do que isto, Deputado é a falta de informações que nós estamos tendo. No primeiro momento anunciou-se que haveria renúncia fiscal, e, até agora nós não sabemos quais são as regras que foram postas aí para a vinda da Renault. Que eu ressalto que é de maior importância. Eu, por exemplo, vi um anúncio feito por uma autoridade estadual que, dizia que o Estado vai participar através do FDE na composição acionária da Renault. Há seis meses atrás, essa participação, parece-me, que seria da ordem de 10% sobre o investimento. Isso eu ouvi, não tenho confirmação disso. Agora eu ouvi que seria de 40%.

Então, se for de fato de 40%, e o investimento é de um bilhão, nós teríamos 400 milhões de dólares que seria a parte do FDE, que é um fundo, que é composto por recursos do Tesouro de Royals, enfim, de uma série de outros retornos de financiamentos que compõe este FDE.

Mas fundamentalmente, é o seguinte. Creio, que mais do que até, nós louvamos "esse gol", que o Governo do Estado marcou, nós temos, também, é claro, que ter muito transparente, esta conta que a sociedade paranaense tem que pagar. Porque se de fato, o FDE, for participar nessa proporção, no capital da Renault, mais uma vez todo o interior do Paraná, vai pagar a conta. Não é? Da geração de 2.000 empregos na região metropolitana de Curitiba. Empregos diretos, fora claro, os empregos indiretos. E que seguramente é uma coisa que eu gostaria na verdade, junto com as comemorações, que nós estamos assistindo, que são louváveis, essas comemorações. Mas também, que se fosse até comunicado a esta Casa, pela Liderança do Governo nesta Casa. Que quais são as condições. Qual é na

verdade a contrapartida, que o Estado do Paraná, que o povo paranaense, está dando em termos de recursos. E se há renúncia fiscal! Parece que não há. Pelo o que, ouvi falar. Mas se há renúncia fiscal, quando é que o Governo do Estado, quanto é que o Paraná está pagando, para a vinda e bem-vinda aliás, dessa montadora francesa Renault para o Paraná.

Agradeço a V.Exa.. Somo-me a preocupação, de V.Exa., em relação a IMPAR de Ponta Grossa. Eu conheço, o empreendimento, nebuloso, que aconteceu, inclusive, o ano passado. As ações aí, de uma figura do Governo Estadual. Mas acho até que é um bom momento, é verdade até, do Governo do Estado, mostrar a sua dedicação com o interior do Paraná, especialmente, com esse Polo importantíssimo, que é Ponta Grossa, mercado do Paraná e da região sul e que tem claro, V.Exa., como um excelente representante, aqui entre outros Deputados Zucchi, Deputado Pêricles, Deputado Plauto, aqui nesta Casa, para defender os seus interesses. Quero, parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento que faz esta tarde.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Pelo seu aparte, pela sua participação importante. Acho que o Governo do Estado, tem que comemorar, e eu acho, que todos nós temos que comemorar o fato da Renault estar vindo para o Paraná.

E vimos ontem, eu dizia anteriormente, no Conselho Parlamentar do Sul, a tristeza dos catarinenses. Os catarinenses ontem, quando a notícia soou na mesa, na reunião do COPASUL, teve catarinenses que pediram para ir tomar água, teve catarinenses que pediram para ir para baixo da mesa. Porque realmente, eles ficaram frustrados. Porque a esperança, era que a Renault ficasse no território catarinense.

Deputado Rossoni pede um aparte. Pois não, Deputado.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, coerente, e também, externar o meu pensamento sobre a questão do Desenvolvimento Industrial do Paraná.

Vi há pouco, um ilustre Deputado se referindo da necessidade de industrializar o interior do Paraná. Não vejo assim, tanta felicidade em muitas pessoas, por estas conquistas do Estado. Estou vendo mais uma preocupação, de procurar jogar um lençol escuro, em cima desta conquista do Governador Jaime Lerner.

Também, somo-me a esta luta sua e dos Deputados de Ponta Grossa, quanto a esta Metalúrgica, que está precisando de uma mão firme do Governo do Estado. Mas não posso deixar aqui de lamentar. Nós sabe-

mos, e fomos Deputados na Legislatura passada, do prejuízo, que teve Ponta Grossa da falta de Governo que tivesse uma visão, do Governo Jaime Lerner. O prejuízo que teve Ponta Grossa quando perdeu, a Indústria da Kaiser para Santa Catarina.

Todos nós sabemos e somos testemunhas, da luta dos Deputados de Ponta Grossa, para que essa empresa não fosse a Santa Catarina e ficasse em Ponta Grossa.

Tenho certeza absoluta, e a minha região é testemunha do trabalho do Governo Jaime. A minha região por muitos e muitos anos, vem lutando por uma grande Agroindústria e nós estamos praticamente liquidando o assunto. O investimento de 60 milhões de dólares, de uma empresa Argentina, que se instalará no sul do Paraná e será redenção dos pequenos proprietários rurais daquela região. Só para V.Exa. ter uma idéia atingirá em torno 1.500 pequenas propriedades rurais, também fará com que essas pessoas permaneçam na área rural que é o grande objetivo de todos os governos, pelo menos no discurso. Este governo está fazendo a prática.

Por isso cumprimento V.Exa., mas não poderia deixar passar em branco esta questão da Kaiser que me veio em mente.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado Deputado Valdir Rossoni pela sua participação, contribuindo para o nosso debate.

Quero apenas não ouvir mais o que se ouviu hoje, meu caro líder do governo, Deputado Algaci Túlio aqui presente, hoje pela manhã, um comunicador do Palácio Iguaçu, um representante do Departamento de Comunicação do Palácio Iguaçu dizia aos Campos Gerais e à Ponta Grossa, de que o Governador do Estado ofereceu à Renault, duas regiões: a região metropolitana de Curitiba e outra, o norte do Paraná. Mais uma vez, esquecendo-se que daqui a cem km, tem uma região chamada Campos Gerais.

Esperamos que na próxima conquista, e temos certeza que o Paraná haverá de fazer o que o governador também ofereça como local ideal para se instalar uma empresa, a nossa valorosa Ponta Grossa, os nossos Campos Gerais, tão necessitados de empresas e, somando-se ao que o Deputado Rossoni falou, precisamos reativar a IMPAR, uma empresa que vai dar 3.000 empregos em Ponta Grossa e está parada.

Para finalizar, depende de um empurrãozinho do governo para que alguém tome conta da IMPAR e nós possamos dar empregos ao nosso valoroso povo dos Campos Gerais e de Ponta Grossa.

Finalizando, gostaria de lembrar que agora no próximo mês, haverá reforma de Secretários de Estado neste governo e mais uma vez eu bato na tecla: Ponta Grossa,

meu caro Rossoni, Deputado Algaci Túlio, tenho certeza que serão parceiros dessa idéia. Ponta Grossa precisa, necessita, Ponta Grossa tem o direito de ter um Secretário de primeiro escalão, mesmo porque lá têm pessoas como o Deputado Luiz Carlos Zuk que é do vosso partido, do PDT, têm pessoas como o Deputado Plauto Miró Guimarães que é do PFL, que faz parte da coligação e muitos outros empresários competentes daquela cidade que ajudaram a eleger o nosso governador. Ponta Grossa pede e solicita ao governador que nas fileiras dos habitantes daquela cidade se escolha alguém para estar presente nesse governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador inscrito, é com satisfação que a Mesa Executiva anuncia e registra a presença dos vereadores amigos de Cândido de Abreu, bem como das lideranças daquela comunidade, bem como do nosso companheiro candidato a prefeito municipal de Cândido de Abreu.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Apenas para registrar a presença e solicitar que seja anotada por esta Mesa, do Dr. Luiz Carlos Lang, nosso companheiro do PDT de Pato Branco, suplente de deputado federal, que nos honra com a sua presença.

Aproveitando a oportunidade, para fazer jus àquilo que falava no pronunciamento o Deputado Jocelito Canto, quero porque quero, preciso. Vou lutar muito para que Pato Branco tenha o seu Secretário de Estado no Governo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associando-se ao registro e também destacando a presença do nosso cacique Inocêncio, que irá, através de um requerimento do Dr. Rosinha, juntamente com Adriano, enfermeiro daquela comunidade indígena, usar do grande expediente. É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia essas presenças.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores

Deputados, vou morrer e não vou aprender tudo. Não entendo. Quando Jaime Canet era Governador, quando ele trazia alguma coisa ao meu Estado, eu era Vereador, aplaudia, quando Ney foi Governador, trazia alguma coisa ao meu Estado, aplaudia, quando Álvaro foi Governador eu aplaudi,

mesmo discordando das idéias do ditador Roberto Requião, aplaudia quando alguma coisa vinha ao meu Estado. Não entendo. Vou morrer e não vou aprender, Deputado Ricardo Chab, Deputado Toti Colaço. Vou morrer e não vou aprender.

O Governador Jaime Lerner grava um áudio, um vídeo no Palácio em francês, luta, vai à França, pede ao vice-Prefeito de Curitiba, pede a esta Assembléia, todos nos engajamos, Deputado Anibal Khury, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Nelson Garcia, Deputados líderes dos partidos nesta Casa, Deputado Tureck, até o Deputado Ângelo Vanhoni, todos os Deputados.

Meu Deus do céu, o homem trouxe a Renault para o Paraná, meu Deus do céu. Vocês querem que leve a Renault para onde? Querem que leve para Santa Catarina, para Minas Gerais? O homem já conseguiu trazer para o Paraná e vocês querem que leve para aonde? Para Londrina? Já não está aqui? Já não vai gerar empregos? Vocês querem mais o quê? Não entendo, vou morrer e não vou entender nada.

São Paulo tem a Volkswagen, tem a Ford, tem a Chevrolet, tanto faz se é na esquina de lá, na esquina de cá, na esquina do diabo que o carregue, está lá.

Minas Gerais tem a Fiat. Se é na esquina que passa no boteco, ou no diabo do viaduto, está lá.

O Governador Jaime Lerner trouxe a Renault para o Paraná. Não importa se é em São José dos Pinhais, tinha que ser ali. Se eles vão estar lá, se eles precisam do Porto de Paranaguá, meu Deus do céu, abra a cabeça, pombas, abra a cabeça, entenda o que estou dizendo. É duro, rasga a cabeça, dá uma martelada, vai no hospital, entenda, precisa do Porto de Paranaguá, precisa da rodovia que vai para Santa Catarina, para Mato Grosso para vender carro para o Brasil inteiro.

Não é só a Renault que vai vir aí não, meu Deus do céu. Deputado Augustinho Zucchi, vai vir a indústria de vidro, Deputado Chab, vai vir indústria da borracha, vai vir indústria do parafuso, vamos gerar mais de 50.000 empregos indiretos.

Agora vamos brigar aqui: Ah, tenho que levar lá para o interior, tenho que levar lá na minha casa, tem que ser pertinho de casa, porque o Zézinho da esquina... O homem já conseguiu, gente. Temos a Renault. Se Santa Catarina está chorando, como disse o meu amigo, Deputado Jocelito Canto, é problema deles, problema deles.

Só vai para o Rio Grande do Sul? Só vai para São Paulo? Só vai para Minas? O Paraná é palhaço? Vamos agüentar até quando? Só levar porrada a vida inteira? Só levar cacete a vida inteira? Pombas, tem que parabenizar este Governador, o homem é bom, o homem fala até francês e eu

não falo, o homem foi à França, deu uma aula, trouxe a fábrica para cá, e vocês querem que leve o quê? Para o quintal da minha casa? "Ah, porque eu tenho que levar para o quintal da minha casa, porque lá é melhor...".

O Belinati, quando era Prefeito de Londrina, construiu uma creche, a maior creche do Brasil e levou um cacete, mas um cacete, e eu falava: Belinati, você já construiu, deixe aí que vai servir de exemplo. O Belinati fez. Ah, porque não podia ser ali, tem que ser lá, tem que ser lá... Mas fez, o Belinati fez.

O Cheida está levando a Pepsi-Cola para Londrina, vai gerar emprego. O Belinati tinha vontade política, se virava, brigava. Ia para São Paulo, ia para o Rio, ia para o diabo que o carregue, o Belinati se virava, e criou a Cidade Industrial em Londrina. O Cheida está construindo a Pepsi-Cola em Londrina, já teve briga em Londrina. "Aí a Pepsi-Cola fica muito para lá, tinha que colocar aqui". Aí aparece outro, "não, vamos colocar a Pepsi-Cola lá". Deixa o "diabo" da Pepsi-Cola aí, homem! Quem quiser trabalhar, vai lá!

O Deputado Renato Adur chegou ontem na tribuna e fez um pronunciamento lindo, dizendo que o Município de Santa Maria do Oeste está produzindo um grande trabalho na agricultura.

"Pombas"! Mas isso é problema do Prefeito, o Prefeito tem vergonha na cara, não é "parasita", não é gigolô do dinheiro público, não é canalha, não vem aqui para a capital para passear, para ir no Lido, para festar, vem aqui para resolver os seus problemas no Palácio Iguaçu, então, está trabalhando.

O que precisa é vergonha na cara, e o Jaime Lerner, tem vergonha na cara. Conseguiu a Renault, tem que respeitar, vai gerar empregos.

Ora, concordo com o Deputado Jocelito Canto, o que precisa é eleger o Senhor Prefeito de Ponta Grossa. Se o senhor tem essa juventude, se o senhor tem essa garra, Deputado Jocelito, assumo a Prefeitura, o senhor ganha. Nomeie, como o Belinati fez, um Secretário de relações, de assuntos para trazer empregos, para trazer indústrias, etc.

Se o Senhor Prefeito não trabalha, vá para o palanque e diga: Oh! vamos botar para correr, vamos eleger gente que presta!

O Deputado Edno Guimarães, quando era Prefeito de Cianorte, fez de Cianorte a Capital da Moda do Brasil.

Ai meu Deus, não dá para fazer um pouquinho mais para baixo da erosão, Deputado Edno? Não dá para "botar" a fábrica um pouquinho mais para cima, na rua direita, virando à esquerda, saindo na rua "Chegue-

vara"?

Não dá não! É aqui, vai ficar aqui e quem quiser trabalhar, vai ser aqui.

"Pombas", o homem vai para a França, traz a Renault, monta a Renault. Ai! Ai meu Deus! E agora, será que não dá para levar para Medianeira? Não dá para levar para Foz do Iguaçu?

O homem já trouxe, deixa, está lá. Vamos ganhar dinheiro, vamos gerar empregos neste País. Ah, eu vou morrer e não vou aprender é nada!

Todo mundo vem aqui e reclama, reclama, reclama, reclama...

O homem vai lá e consegue tudo. Só sabem "meter o pau", "meter o pau"...

Nada que se faz é bom! Ah, vá pro inferno!

Outra coisa, quero saudar o Major Adalberto, que está aqui, "pé vermelho" como eu. O único vereador do Brasil que teve a ousadia de "peitar" o Requião. Peitou cara a cara, para lutar por melhores salários da Polícia Militar do meu Estado. E quero dizer aos Senhores, temos a melhor Polícia Militar, pode acreditar, Deputado Toti, a melhor Polícia Militar do Brasil está no Paraná. E é a que pior ganha no Brasil. E é a melhor polícia do Brasil!

Não estou falando aqui para ganhar aplausos, nada disso. É que fizeram uma pesquisa, as senhoras esposas de policiais, os Senhores estão vendo aqui a pesquisa, uma pesquisa elaborada como se fosse uma pesquisa, como se fosse Alvorada, Deputado Antonio Belinati, que está fazendo pesquisa para Prefeito de Londrina. E a pesquisa, os Senhores já tem em mãos, analisem bem, o que o povo pensa da Polícia Militar! A Polícia Militar, ela tem que ser tratada com mais dignidade, com mais respeito. Agora, não é problema do Jaime Lerner, não, Major Adalberto, não é problema do Lerner também, não. Isso é problema lá de Brasília. Começa lá com este "diabo" deste plano econômico, vem descendo, passou pelo Requião, pelo Álvaro, pelo Canet, vai passando por governadores e mais governadores.

Agora, é claro a preocupação das senhoras, esposas, dignas, porque ser Policial Militar, não é desrespeito. O Policial Militar é guarda, é a segurança da família brasileira do Paraná. E acho de fundamental importância as mães que estão aqui, sejam elas negras ou brancas, porque a Polícia Militar não tem cor, não tem credo e não tem raça.

Só quero dizer às senhoras que estão aqui: não vou mentir. Não vou dizer que vou vir aqui e que vou salvar vocês, que vou salvar a Polícia Militar. E quem subir aqui e dizer isso, é mentiroso. É mentiroso. Essa Casa não pode servir de tribuna para mentiras. Não pode servir como tribu-

na de aplausos. Chega!

Temos sim, que eu, o Belinati, Deputado Miltinho Puppio, Deputado Algaci, todos os líderes, a Mesa, temos sim que formar uma comissão. Uma comissão séria, de homens honrados como é esta Casa. E juntos irmos ao Palácio, despacharmos com a vice-Governadora Emilia Belinati. Despacharmos com o Governador Jaime Lerner e dizemos: "Está aqui, Senhora Governadora, está aqui, Senhor Governador, a preocupação das esposas dos policiais militares do Paraná".

Qual é a solução que pode ser dada, Deputado Chab?

Concedo um aparte, antes de finalizar o meu pronunciamento.

**O Sr. Emerson Nerone** - Deputado Alborghetti, eu apontaria, e como quem tem um suplente, fui Vereador em Maringá e o meu suplente, o Cabo Zé Maria, Cabo da Polícia Militar, está lá hoje como Vereador em Maringá.

Apontaria duas pequenas coisas que o Governador poderia fazer que, de imediato solucionariam boa parte dos problemas da Polícia Militar do Paraná. Primeiro: avisar o Secretário de Segurança, Cândido Martins, que falou desta tribuna, desconhecendo que o RDE - Regimento Disciplinar do Exército, pode ser modificado pelo Estado. Pode! É avisar o Secretário de Segurança que o RDE pode ser uma RDPM do Estado do Paraná nos moldes de Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo. E isso faz com que a Polícia Militar se profissionalize.

Segundo: que o Governador Jaime Lerner, assim como deu o TIDE aos policiais civis do Paraná, dê o TIDE aos policiais militares do Paraná. É uma vergonha termos uma polícia discriminada. Entre as duas polícias, uma foi discriminada, já que uma, hoje, recebe o TIDE e a outra não.

Essas duas pequenas ações do Governo poderiam ser feitas através de um decreto, imediatamente através de lei. Seria um passo decisivo na solução dos problemas da Polícia Militar.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI** - Concordo com Vossa Excelência e digo mais ainda, basta vontade política. Basta ter vergonha na cara. Se quiserem decidir, será decidido. Se o Governador Jaime Lerner, que trouxe a Renault para cá, tem vergonha na cara e está trabalhando, está plantando emprego. Ele também terá que solucionar o problema da Polícia Militar. Não precisa nem mandar a mensagem para cá, não. Com decreto ele faz isso. E vamos nos orgulhar de termos ainda a melhor Polícia Militar do Brasil, mas ganhando um salário que preste.

Outra coisa, me permita ainda, quando



o Requião era Governador, Belinati, subi nesta tribuna com um projeto. O Orlando M. Goes, em Londrina, tem a vila dos seus funcionários. Ele dá casa para seus funcionários morarem. O Orlando M. Goes sempre fez isso - é um coração de leão. Em Londrina há um empresário que montou casas para seus funcionários morarem.

Quando vim aqui na legislatura passada, na outra legislatura, pedi ao Governador que se criasse, não um conjunto habitacional, mas um conjunto de prédios, de apartamentos, com dignidade. Para o policial militar ter a dignidade para morar com a sua esposa e com seus filhos. Pedi isso, e isso não é muito, não. É só ter vontade política para fazer. Um caminhão para fazer o transporte da mudança do policial militar daqui para Londrina e de Londrina para cá, para não se juntar com o banqueiro de jogo de bicho, para que ele não seja passível de corrupção. Tudo isso eu pedi. Sabem o que o Requião disse para mim? Que eu vivia no primeiro mundo. "Esse Alborghetti é louco! Louco!".

Sou louco, sim. Mas sou louco de vontade de lutar pela melhor Polícia do Brasil, que é a Polícia Militar do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, duas categorias estão em campanha visando correção em seus salários, salários distorcidos, achatados; os professores e os policiais militares do Estado do Paraná.

E queremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, expressar aqui a nossa integral solidariedade aos professores do Paraná e aos policiais militares.

O Deputado Alborghetti foi bastante feliz quando abordou aqui a situação da nossa polícia, que conta com alto conceito. Nossa polícia militar, é inegavelmente a que tem, sem medo de qualquer exagero, o melhor índice de credibilidade junto a opinião pública brasileira. E a gente vê com muita honra, na galeria desta Casa, o incansável Vereador, Major Adalberto, Vereador da Cidade de Londrina. Nós estamos em ano eleitoral, e não é porque esse ano é ano de eleição, porque cada dois anos há uma eleição, o Major Adalberto tem dedicado a sua vida antes de ser Vereador, como Vereador, em todo o instante ele tem tido a coragem de apresentar cara a cara com o Governador, com as mais altas autoridades, o clamor dos militares. E a sua esposa, Dona Sueli de Lima Sabino, que com tanta competência dirige a Associação das Esposas dos Policiais Militares do Paraná, li-

dera esse movimento, visando restituir na Polícia Militar salários justos.

E tomo a liberdade de ler, para melhor conhecimento de todos os Deputados, a Pauta de reivindicações das esposas dos policiais militares do Estado do Paraná, porque ninguém melhor para sentir o reflexo da falta de dinheiro numa casa, ninguém melhor do que a esposa, e nesse caso específico, ninguém melhor do que a esposa do policial militar.

Quando falta o dinheiro, o marido fica agitado, nervoso, sai de casa perturbado, não tem aquela mesma serenidade. O dinheiro é uma coisa que atormenta, que causa sérios transtornos, muitos aborrecimentos na convivência do dia-a-dia num lar afetado pelos baixos salários.

E a Pauta de reivindicações é a seguinte:

1º - Salário justo e compatível para todos os postos e graduações da Polícia Militar do Estado do Paraná;

2º - Estabilidade do policial militar no município onde reside, nos casos de transferência involuntária que receba auxílio transporte e aluguel.

Não se pode mais aceitar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um policial fique feito um joguete, seis meses num município, um ano no outro, quatro meses num outro lugar, isso abala até mesmo o ajuste das crianças, dos filhos adolescentes, é muito difícil um filho entender porque que a cada ano, cada dois anos o pai tem que ser removido, tem que ser transferido, porque ele não se fixa num município onde a esposa e os filhos se adaptam, gostam, e é o caso da própria esposa.

Então, é bastante justo se defender a estabilidade do policial no município.

3º - Jornada de trabalho semanal compatível com o que estabelece a lei;

4º - Estabelecimento de um sistema de pagamento das horas extras trabalhadas, ou compensação das horas extras nos reajustes salariais;

5º - Pagamento de diárias de alimentação, quando o policial militar ultrapassar seis horas de trabalho, como forma de substituir...

(É retirado o som)

6º - Criação de um Estatuto próprio da Polícia Militar do Paraná;

7º - Assistência Jurídica em todo o Estado aos policiais militares indiciados em consequência do trabalho.

Senhor Presidente, o policial sai para cumprir a sua missão, e muitas vezes ele é execrado, até pela opinião pública ou por alguns setores que não entendem que o policial está recebendo ordem do seu superior, e muitas vezes quem vai responder por essa ordem dada por um coronel, ou por



uma autoridade superior, acaba sendo o policial menos graduado. Então a associação presidida pela Dona Sueli e defende, o que é muito justo. Se o policial for indiciado vai ter que responder judicialmente porque ele cumpriu com o seu dever, ou seja, obedeceu ordens dos superiores, o mínimo que tem que ter é lógico um advogado, porque se ele tiver que pagar um advogado ele vai para a cadeia porque com o salário que ganha, ele não vai poder arcar com a sua defesa;

8° - Atendimento integral pelo IPE, se um policial tiver que pagar uma operação num hospital, vai ter que juntar salários de muitos meses para poder fazer frente a qualquer operação. Não precisa ser uma ponte safena não, e não precisa nem ser uma operação com Dr. Jatene;

9° - Reciclagem continuada do PM durante o período de serviço. Atualmente o PM é reciclado nos períodos de sua folga. Quer dizer, o PM não tem folga, não tem feriado, nem domingo, o dia que é de folga em qualquer emergência ele é requisitado e tem que obedecer a ordem, ou obedece ou vai ser punido.

Então a associação faz essa defesa da reciclagem;

10° - Criação de um fundo de aposentadoria aos policiais militares nos moldes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

11° - Pagamento de adicional noturno através de diária. Se todo e qualquer trabalhador recebe adicional, porque não o policial militar;

12° - Apoio para a criação de cooperativas nas sedes dos batalhões da PM em todo o Estado.

Bom, Deputado Alborghetti eu diria que, no caso de cooperativas eu pessoalmente vejo com tristeza que algumas empresas que montaram cooperativas elas acabaram fracassando, por que o preço que se comprava o produto em cooperativa de empresa, era mais caro do que num supermercado comum. Mas há aqui a defesa da associação e nós estamos aqui relatando.

Contratação de psicólogos e assistentes sociais para atendimento a policiais militares em todos os batalhões da PM em todo o Estado. Está muito válido e está muito correto, vejo o policial como ele é humilhado no cumprimento do seu dever.

É aquela história, o policial às vezes está numa praça pública, está na Boca Maldita, e de repente alguém grita! Pega ladrão! Aí se o policial não pegar, ele vai ser humilhado e todo mundo vai fazer chacota. Se ele conseguir pegar alguém que estava batendo a bolsa de uma velhinha, em seguida a opinião pública começa a gritar - Solta! Solta! - e se ele não soltar é capaz até de o policial sofrer espancamento.

Então é justo que se defenda até um psicólogo para fazer um trabalho, para que ele não entre em depressão pelo rigor que é o cumprimento da sua tarefa militar.

14° - Implantação de postos avançados no BANESTADO nas sedes dos Batalhões da PM;

15° - Contagem das horas extras excedentes de trabalho como tempo de serviço, independentemente do pagamento de diárias em substituição ao pagamento das horas extras. Também uma reivindicação muito justa;

16° - Cumprimento da determinação unânime do Tribunal de Justiça do Paraná, para pagamento imediato dos benefícios, gratificação, PM especial e escalonamento vertical, extintos no Governo Roberto Requião, e que causaram redução nos salários mais baixos da PM.

Esta ação encontra-se na Procuradoria Geral da República, no setor de análise e classificação, tendo como relator o Procurador Wilmar Galvão. E, a Dona Sueli relata, e o Deputado que quiser, independente da sua sigla partidária, ele poderá ler. Uma demonstração até da alta e gritante que há do salário da Polícia Civil para o pessoal da Polícia Militar.

Exemplificando: um Coronel está com o salário de R\$ 3.441,00, o Delegado de 1ª Classe, quase R\$ 6.000,00; um Sargento ganha R\$ 777,00, um investigador semelhante R\$ 1.009,00. Este quadro comparativo (exibe o quadro) demonstra que não estamos fazendo crítica à Polícia Civil, estamos apenas aproveitando, é um demonstrativo para dizer que efetivamente o policial militar do nosso Estado tem razão ao fazer esta campanha, as suas esposas, através da Associação dos Policiais Militares, na liderança da Dona Sueli de Lima Sabino, tem razão, e é nosso dever apoiar esta causa, porque se um policial militar já sai de casa nervoso, irritado com o cobrador na porta, com o aviso para ir pagar a sua dívida, que se não será seprocado, ele é uma figura humana que se sente inseguro; se ele não tem segurança para se auto-sustentar, como é que podemos exigir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esse policial enfrente às vezes bandidos, traficantes, assaltantes perigosos e venham a dar segurança à população.

Para que a gente exija que este policial nos dê segurança, é preciso primeiro que o policial militar tenha segurança, e, esta segurança começa com a assistência médica defendida aqui, com o ressarcimento integral, com os benefícios que estão sendo reclamados e, sobretudo, com a correção dos salários que estão distorcidos.

Queremos expressar, tanto aos professores, um outro movimento que se faz, e aos policiais militares, a nossa solida-

riedade, porque a nossa polícia militar é um orgulho que todos nós paranaenses temos de dizer, da dignidade com que esta polícia exerce as atribuições que a ela são conferidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por solicitação da ilustre Deputada Ironði Pugliesi e com aquiescência da Mesa Executiva, concedemos a palavra a Senhora Mercedes Cruz.

A SRA. MERCEDES CRUZ - Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Gostaria de agradecer a oportunidade que vamos ter aqui de poder expor alguns pontos que vocês estão recebendo em mãos, as reivindicações que o Deputado Belinati acabou de expor, o Deputado Alborghetti reforçou. Mas, a nossa preocupação vai muito além disso, vai muito além desta pesquisa que vocês têm em mãos, que hoje entregamos ao Presidente Anibal Khury.

A preocupação de nós esposas dos policiais militares hoje não é apenas com o salário. A preocupação grande é o que advém em termos de conceito que a comunidade está fazendo com o policial militar devido aos baixos salários. Agora, se vocês aprovarem 100% para os salários dos policiais militares seria ótimo, seria o nosso sonho. Mas, sabemos que isso é difícil. Gostaríamos que projetos houvessem para que todas as nossas reivindicações fossem atendidas. Mas, infelizmente isso vai muito além.

Há muitos anos a Polícia Militar vem recebendo salários injustos; há muitos anos de governos anteriores vem esta defasagem de salário. O que aconteceu? Nós esposas de policiais militares movemos uma pesquisa através do Instituto Axel de Londrina, e tiramos o conceito que a comunidade está tendo do policial militar.

Existe uma imagem distorcida, existe uma imagem negativa do policial militar, hoje. Por quê? Porque sabemos que hoje, em uma sociedade capitalista, o indivíduo mal remunerado, ele é visto como indivíduo de segunda classe, infelizmente é isso. Independente dos seus valores individuais. E é isso que está acontecendo.

Uma entidade como a Polícia Militar, com 151 anos, com a tradição com homens que merecem todo o valor pelo seu trabalho, pela sua segurança, pela segurança de suas famílias. Hoje ele está mal visto pela sociedade. A sociedade o vê como um funcionário mal pago, insatisfeito com a sua condição, não tem identidade com a sua corporação e imagem distorcida. A população acha que o policial militar, ele tem o quê? Direitos, como outro trabalhador qualquer; como foi dito pelo Deputado An-

tonio Belinati. Não é verdade! Ele faz horas extras e não recebe por isso, ele não tem vale-transporte, ele não tem saúde, ele não tem assessoria jurídica quando mata alguém, ou um bandido, ele não tem assessoria psicológica nenhuma, porque ele mata o bandido num dia, no outro dia já está trabalhando.

É isso que queremos de vocês, Deputados. É uma consciência desse nosso trabalho, das esposas dos policiais militares. A nossa preocupação vai muito além disso. Vai muito além do salário. Vai além do conceito, que hoje a população tem. 67,5% da população hoje, viu que o policial ganha mal. Não somos nós que estamos falando. Não é o policial militar, nem o Comando, é a população.

O que gera isso? Isso gera insegurança. Como é que o mau elemento dentro da sociedade vai respeitar um Policial Militar se ele tem esse conceito dele, que ele ganha mal.

Gostaria que vocês pudessem, através dos seus cargos, vocês são eleitos por nós. Temos a plena confiança do Poder que existem em suas mãos. Porque só vocês poderão apelar, diante do Governador, porque nós, há 6 meses, tentamos uma audiência e não conseguimos. Contamos com o apoio de vocês, em levar esta preocupação. Salários, precisamos, porque este foi o ponto mais grave. Mas existem muitas outras coisas que podem ser feitas por vocês. Os Senhores têm condições diante deste cargo, de trazer algum benefício para nós esposas de policiais militares, batalhadores. Estamos aqui trazendo esta preocupação a vocês.

Está em mãos do Presidente da Assembleia, o Deputado Anibal Khury, a pesquisa na íntegra. Porque infelizmente, nem condições de tirar uma cópia, para cada um de vocês, infelizmente não temos recursos para isso. Fizemos uma carta aberta, vocês receberam em mãos, com as reivindicações. Esta cópia está em mãos do Deputado Anibal Khury. Gostaria que vocês, se pudessem ter acesso a isso, analisassem no que podem nos ajudar. Contamos com vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado que solicitou. Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Gostaria de colocar à senhora: estou sentindo, aqui no Plenário hoje, nas galerias do Plenário, a ausência das esposas de PMs, aqui da Capital do Estado. É por quê motivo? A senhora tem alguma razão? Pode explicar para nós, por favor.

A SRA. MERCEDES CRUZ - Inclusive, nós po-

deríamos entrar até em números maiores. Com eu disse, nós não temos dinheiro para o xerox, não temos dinheiro para o transporte. Um soldado hoje, recebe 370 reais, com 30 anos de trabalho. Nós não temos condições de trazer mais gente, infelizmente, temos muitos soldados morando em favela, eles não têm dinheiro para o ônibus, para vir para cá. A situação, fica muito difícil. Existe um receio ainda, das esposas de participarem, Por que durante alguns anos atrás, nós eramos punidas, nossos maridos eram punidos.

O SR. RICARDO CHAB - Pergunto isso a senhora, porque acompanhei vários movimentos de esposas de policiais militares, aqui da Capital do Estado. E numa ocasião me lembrei, reunimos centenas de senhoras, e de policiais militares, e levamos às ruas de Curitiba, para protestar contra o baixo salário.

Na ocasião o Comandante da PM, era o Coronel Capriotti. Secretário, era o Secretário Favete e o Governador era o Requião. E depois daquelas discussões, não que tenha melhorado, porque o salário de polícia nunca foi bom. Mas isso nós sabemos, eu sei, tenho conhecimento de causa. Mas depois daquelas negociações, acirradas até, pelo estado emocional das pessoas. Deu-se uma melhoria. Então eu gostaria que a senhora que lidera esse movimento das esposas dos policiais militares de Londrina, trouxesse esse mesmo espírito para Curitiba. Estamos sentindo a ausência das esposas dos policiais militares e foi falado aqui em TIDE e nós sabemos que o TIDE não dá para a polícia militar. Na polícia militar é a gratificação pela periculosidade, é um outro tipo de gratificação. Agora, poderia perfeitamente se passar a gratificação de periculosidade ao policial militar, aquilo que foi tirado e que alguns já ganharam na Justiça. Então, é só isso.

A SRA. MERCEDES CRUZ - Gostaria de fazer um aparte em relação a esse índice da Polícia Civil. Hoje a Polícia Civil representa 20% do efetivo de homens do que a Polícia Militar, mas a folha de pagamento da Polícia Civil representa 60% da folha de pagamento da Polícia Militar.

O SR. RICARDO CHAB - Só para concluir. É importante colocar o ônus que o Estado tem para se formar um policial militar. Esse policial militar, onde o Estado gasta, mas gasta mesmo porque ele fica na Academia da Polícia Militar, como, é o Estado que paga, é o Estado que mantém durante alguns meses, até que ele se forme. Ele formado soldado da Polícia Militar, vai para as ruas, no 3º ou 4º mês ele pede

baixa e vai trabalhar como vigilante bancário que ganha três vezes mais.

A SRA. MERCEDES CRUZ - É isso mesmo. O Governo do Estado está investindo na formação de homens e perdendo-os para empresas privadas. Essa é a grande verdade, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao próximo orador inscrito, Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero em primeira mão dizer o seguinte: parabenizar as palavras que foram ditas aqui pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a respeito do nosso Governador que é o Governador do Paraná, de todos os paranaenses e preocupado. Não interessa onde saia essa fábrica da Indústria Renault. O importante é que o Governador está preocupado com os paranaenses e está preocupado com o desenvolvimento e com a geração de empregos e quando dizia o Deputado que não interessa se é Maringá, Londrina, Campo Mourão, em Curitiba ou lá em Ponta Grossa. O que interessa é que ela veio e o bom empresário antes de instalar a sua indústria ele faz uma pesquisa e isso ocorre com qualquer um de nós. É lógico, instalar uma indústria hoje, do porte da Renault, se fôssemos o Presidente, também escolheríamos ou Curitiba ou a Cidade Metropolitana que está mais perto do Porto de Paranaguá ou mais perto dos aeroportos e com isso, que está ganhando realmente é o Paraná.

Parabéns ao Luiz Carlos Alborghetti. Também queria que a indústria fosse instalada lá em Campo Mourão, mas sabemos que do porte da Renault, não é viável lá na nossa cidade, no interior, assim como não é viável para ser instalada em Maringá ou também Cascavel, a sua viabilização é realmente em Curitiba ou aqui em São José dos Pinhais.

Queria registrar a presença do empresário mourãoense, Adroaldo José Chanan que nos honra nesta tarde no Plenário.

Senhores Deputados, acho que a política tem que largar de lado a politicagem: mais trabalho à frente não só dos Parlamentares, não só de cada empresário, de cada comerciante, industrial ou da nossa própria agricultura. Nós temos visto que a política é feita e tem que ser dirigida com seriedade, mesmo sabendo que um governo, igual ao Governo do Jaime Lerner que está no caminho certo, trilhando o destino do Paraná, temos que ser coerentes e falar a verdade. Estava vendo hoje em jornais, principalmente na Gazeta de Cascavel, onde dizia que o Governo do Paraná é nota 10 e que as escolas estão abandonadas. Queria

deixar registrado neste momento uma coisa.

O Governo do Paraná através da FUNDEPAR, da Secretaria da Educação, já entregou 10.000 carteiras este ano e sexta-feira serão entregues mais 4.500 carteiras e estão sendo entregues neste momento 500 carteiras por dia e a partir de segunda-feira mais 1.000 carteiras por dia serão entregues às redes de escolas do Estado do Paraná. E queria nesse momento dizer o seguinte: quando diziam que faltam professores, me comuniquei há poucos instantes com o chefe do núcleo regional de Campo Mourão e lá não está faltando professores. E é o exemplo nas 28 cidades que este Deputado representa. Quanto às carteiras, é lógico, existem problemas nas empresas que estão entregando estas carteiras. Será que estas empresas, Senhor Presidente, depois que foram feitas todas as inscrições de todos os alunos ...

(É cortado o som)

Para concluir, Senhor Presidente. Para a conclusão de toda a rede de ensino do Paraná; foi o número de alunos que aumentou. Foi feito o levantamento e como estas empresas vão entregar em pouco espaço de tempo, 35.000 carteiras? É impossível. E nós vemos agora que até o dia 28 de março, o Governo através da Secretaria de Educação e também da FUNDEPAR, estará suprimindo o Estado do Paraná até o dia 28 de março com 35.000 carteiras sendo entregues. Então esta é a política do Governo e estou apenas aqui para deixar registrado. Existe muita politicagem por trás, muitas vezes dor de cotovelo, de inveja e de já ter visto uma grande coisa acontecer no Paraná que é essa empresa da Renault.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos, encerrando o Pequeno Expediente, ao Grande Expediente. Essa Presidência usará da palavra e eu convido para assumir a Presidência da Casa o 4º Secretário, ilustre Deputado João Techy Filho.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - Concedo a palavra então, ao Deputado Luiz Carlos Zuk, nosso Presidente dessa Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente João Techy, nosso 4º Secretário, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Inicialmente fazer um relato a todos os companheiros desta Casa, do Conselho Parlamentar do Sul. Tivemos a satisfação, em nome desse poder, em nome da Mesa Executiva desta Casa na pessoa do Anibal Khury, nosso amigo, representá-lo e assumir o Conselho Parlamentar do Sul como paranaense, como Presidente deste Poder, e como representante dos quatro Estados do Sul do País.

Ascendemos a esta posição já ocupada por outros grandes companheiros que fundaram o Conselho Parlamentar do Sul nas pessoas desta Casa do companheiro Orlando Pessuti, Toti Colaço, Nereu Moura, Djalma de Almeida César e de inúmeros outros como o Algaci Túlio e inúmeros outros que realmente identificaram como sendo Conselho Parlamentar do Sul o caminho pelo qual poderíamos resguardar os interesses dos quatro Estados. Juntamente com os Senhores Governadores que hoje exercem o mandato representando os Estados, Dr. Wilson, do Mato Grosso; Jaime Lerner, do nosso Paraná; Dr. Paulo Afonso, de Santa Catarina e Antônio Brito, do Rio Grande do Sul.

Que somente o Executivo, às vezes não consegue o objetivo que realmente o Estado ou o Sul do País, ou os Estados do Sul reclamam.

Nessa iniciativa é que o Conselho Parlamentar do Sul lá esteve durante vários anos e hoje se encontra na mão do Paraná, nas reivindicações das atenções maiores deste País, do Governo deste País, deste Sul.

Saiu, Senhores Deputados, diversas moções, diversas presenças naquela nossa ascensão à presidência, aonde assuntos que nesta Casa, em outros Parlamentos não foram tratados. Como é o caso do MERCOSUL, do tráfego aéreo do MERCOSUL, que até o dia de hoje não foi levantado um estudo, trabalho, uma racionalização, uma operação melhor.

Enfim, só para demonstrar aos Senhores, a Junta Governamental, os departamentos representados pelos nossos irmãos paraguaios, Deputados presentes lá em Santa Catarina anunciavam nesta reunião para eles virem à Curitiba, para eles se deslocarem à Florianópolis, de Assuncion - Paraguai, de avião, levam mais de 12 horas em aviões de carreira, de tráfego normal.

É inadmissível que nós, abrindo uma aresta dessa importância, temos que apará-la. Se a comunicação por carro as vezes é mais fácil, as pontes aéreas a serem feitas no tráfego aéreo do MERCOSUL é realmente quase que impossível de serem concretizados.

Assuntos dessa natureza foram levantados, o companheiro Rossoni, desta Casa, nosso Líder do PDT, enviou-nos aquela solicitação do BNDES, que não é sua, do Paraná e de todos os Estados, no que compete àquilo que é mais caro a todos nós, que é o meio ambiente.

E realmente, na presença que lá se encontrava, o Presidente, Senador Vedekim(?) do BRDE, o Diretor de Planejamento Fernando Fontana, mostravam a preocupação do Banco quanto ao imposto de renda. E se associaram nesta solicitação do financiamento aos quatro Estados da Nação do reflo-

restamento, dos projetos já aprovados, e que infelizmente não têm até o dia de hoje os recursos a serem destinados.

Tivemos aprovado isso, e ainda mais, a presença nossa na BR-101 fazendo com que esta ligação do escoamento de produção pelo litoral seja concretizado, coisa que no dia de hoje, Sua Excelência o Presidente da República, no outro extremo deste continente, deu a autorização e a liberação para que realmente fosse alcançado. Solicitação essa, feita pela União dos Vereadores do Sul do País e de todo o Brasil, que conosco se irmanaram nessa solicitação.

Tivemos outros assuntos em pauta, como sendo o imposto de renda do BRDE, das autarquias que no norte e nordeste são isentadas e nós no sul somos penalizados.

Mas queria tão somente, ao finalizar esta nossa posição de que se alguns dos companheiros, se aqueles que realmente têm interesse em defender. Aqueles companheiros que tiverem interesse em uma posição administrativa, em uma posição de projeto ao nosso Estado, ao nosso sul do País, que estamos com a nossa assessoria, com o nosso corpo técnico e principalmente com a porta aberta do Conselho Parlamentar do Sul. Porque entendemos que a nossa representação é uma representação de todos os Senhores Deputados.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Orlando Pessuti, e em seguida ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado Luiz Carlos Zuk, é uma satisfação nesta tarde poder, através desta Sessão Plenária, ter a certeza que não só em meu nome pessoal, mas de toda a Assembléia Legislativa, dos Deputados, dos funcionários. E por que não dizer, daqueles que nos prestigiam com a sua visita no dia de hoje. Cumprimentar Vossa Excelência por ter assumido, na última terça-feira, a Presidência do Conselho Parlamentar do Sul, integrado por Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esta, sem sombra de dúvida, é uma oportunidade nova que o Paraná está tendo para poder levar adiante a discussão de assuntos que interessam não só ao Paraná, mas principalmente a região Sul do nosso País e por que não dizer ao Brasil como um todo.

Nós, que tivemos a oportunidade de participar do momento da criação desse Conselho Parlamentar do Sul. Que tivemos também a oportunidade que tem Vossa Excelência de presidir esse Conselho, temos com a certeza, todas as condições de avaliar a importância desta função que Vossa Excelência assume, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, em nome tam-

bém do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, que tem dado todo o apoio e toda a contribuição para que Vossa Excelência, outros Parlamentares e assessores possam efetivamente participar das reuniões do Conselho Parlamentar do Sul. Levar as propostas do Paraná. Levar, enfim, a defesa dos interesses do nosso Estado.

Lembro-me que ao lado de Vossa Excelência, do Deputado Toti Colaço, do Deputado Algaci Túlio, do Djalma de Almeida César, ao lado do Nereu Moura, que eram aqueles que mais acompanhavam a nossa caminhada, em termos de Conselho Parlamentar do Sul, já tivemos oportunidades importantes de discutirmos os assuntos que interessassem ao Paraná, e principalmente algumas regiões do nosso Estado. Lembro-me, e aí tivemos a participação efetiva do Deputado Toti Colaço, do Deputado Valdir Rossoni, do Deputado Djalma de Almeida César, do Deputado Plauto, do Deputado Domingos Carvalho, na época também de Vossa Excelência, na discussão que fizemos com referência àquilo que se denominava Rodovia do MERCOSUL, que estava de certa forma definido que viria pelo litoral e, com a discussão desencadeada por nós, com o apoio inclusive do Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, o Renan Curtis, esse traçado chegava ao Paraná por União da Vitória, Irati, Ponta Grossa, Jaguariaíva e daí por Itararé chegaria a São Paulo.

Além disso, assuntos do turismo, assuntos do MERCOSUL, assuntos da agropecuária e, agora, mais recentemente, nesta reunião de Florianópolis, um assunto por demais importante ao Paraná, que é a questão do BRDE. Esta reivindicação que traz o BRDE a nós, do Conselho Parlamentar do Sul é da maior importância porque não tem sentido realmente querer taxar o BRDE com imposto de renda e ao se tentar e se cobrar esta importância de setenta milhões e inviabilizar mais uma vez este que é hoje o único banco que efetivamente desenvolve o fomento no Estado do Paraná, já que o BANESTADO ainda não assumiu por inteiro esta idéia de banco de fomento, já que o BANESTADO está preparado para ser um banco comercial.

Então, Vossa Excelência, em nome desta Casa levou este assunto. Nós estamos ao lado de Vossa Excelência e temos certeza que a Assembléia Legislativa do Paraná representada por Vossa Excelência no Conselho Parlamentar do Sul - tendo Vossa Excelência como o seu novo Presidente - haverá realmente de desenvolver ações que interessassem ao Paraná, interessassem a região Sul porque este foi o objetivo pelo qual se criou este Conselho, de forma que pudessemos, as quatro Assembléias Legislativas, numa parceria, num entendimento em harmonia, trabalharmos pelos interesses da nos-

sa Região Sul do Brasil.

Parabéns, Deputado Zuk! Colocamos toda a nossa confiança no trabalho de vossa pessoa e, tenha a certeza, que procuraremos daqui para a frente, em todos os momentos, em todas as reuniões, estar ao vosso lado. Porque assim agiu Vossa Excelência quando na Presidência estava, ao nosso lado, nos ajudando no Estado do Paraná.

Parabéns e felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Foi decidido, Senhores Deputados, nessa reunião do Conselho Parlamentar do Sul, que cada Estado iria realmente de encontro às Lideranças das Bancadas representativas no Congresso Nacional, Câmara Federal, fazendo com que os Senadores e Deputados Federais, fizessem junção a nós, para fazer com que Sua Excelência, o Presidente da República, anulasse aquele parecer dado pela Procuradoria Geral da Receita Federal, onde taxou o nosso banco em monumentos tributários por cinco anos atrasados, na ordem de 100 milhões de reais, e taxando de agora em diante sobre o lucro líquido do banco.

Quantia essa que inviabiliza, e ali foi dito, pelo Presidente do banco presente, pelo Diretor de Planejamento, que inviabiliza totalmente a funcionalidade do banco, que infelizmente é o único que dá assistência a pequena a média e a grande empresa no gerenciamento de novos investimentos.

Corredo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Zuk, rapidamente apenas quero cumprimentá-lo pela posse do Conselho, reconhecer a importância desse Conselho e nos colocarmos a disposição de Vossa Excelência para podermos apoiar no que for possível.

Porque entendemos o seguinte, Deputado Zuk, o Sul do Brasil é muito dividido nos seus pleitos, o Sul do Brasil é muito afastado nas suas reivindicações. E é evidente que nós temos disputas internas, como Estado, interesses do Paraná, disputando interesses do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, e vice-versa, a instalação da fábrica da Renault, por exemplo, é um exemplo típico disso, aonde cada Estado, logicamente vai lutar pelos seus interesses.

Agora, existem interesses comuns da Região Sul, e acredito que o Conselho Parlamentar do Sul seja esse instrumento, e gostaria que V. Exa. incrementasse junto ao Conselho, o chamamento de responsabilidade dos Deputados Federais e Senadores também da Região Sul, para que eles em Bloco lutassem pelas causas da nossa Re-

gião.

Acho que esse é um objetivo que vale a pena ser perseguido, sei que é o interesse de V.Exa. conheço a capacidade a dedicação que V.Exa. tem pelo assunto e certamente irá perseguir portanto esse objetivo. Porque basta nós vermos, Deputado Zuk, o tratamento que é dado ao BRDE e aos bancos regionais de desenvolvimento de outras regiões do País. Quer dizer, nós precisamos mudar a mentalidade nacional que interpreta o Sul como "primo rico", quando na verdade tenho dito sistematicamente num estílo bem gauchesco, "nós estamos com a bombacha remendada e meia sola na bota".

Obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradeço o aparte do ilustre Deputado e concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Gostaria de lhe cumprimentar pelo comando do COPASUL, reunião importantíssima, que nós tivemos várias reuniões em Florianópolis, reuniões preparatórias que nós fizemos, na qual o Deputado Algaci Túlio sabe dessas reuniões preparatórias que foram feitas em Curitiba para que V.Exa. assumisse o comando.

E falando de um tema importante, que é o caso do BRDE, as dificuldades do BRDE, muito bem colocadas nesta reunião.

Eu lhe cumprimento por assumir o posto e acho que o Paraná estará bem representado.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Agrade-me neste momento, Deputado Luiz Carlos Zuk, com toda a sinceridade de fazer um aparte, cumprimentá-lo pela eleição de V.Exa. na Presidência do Conselho Parlamentar do Sul, esse Conselho que nasceu por uma iniciativa do nosso ex-Presidente Orlando Pessuti, com quem estivemos várias vezes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, convivendo com os amigos do Mato Grosso, procurando evidentemente inventivar na frente de Parlamentares, no sentido de defender as causas na Região Sul.

Tivemos reuniões memoráveis, onde vários pontos analisados e que já resultaram em grandes resultados para o nosso Sul do País. Vejo, que nesta sua presença agora como Presidente, uma das bandeiras importantes é esta com relação ao BRDE. Esse mesmo BRDE que eu aqui na legislatura anterior comprava uma briga juntamente com os Deputados Federais hoje Rubens Bueno Prefeito de Campo Mourão, Deputado Luciano Pizzatto, Deputado Federal, nós defendemos o BRDE, a manutenção do BRDE, enfim lutamos ardorosamente nesse sentido.

E vejo nessa sua plataforma agora essa



defesa. Tenho certeza que se depender da sua vontade, do seu espírito de luta, da sua inteligência, da sua capacidade, do seu grito acima de tudo, tenho certeza que o Conselho Parlamentar do Sul está em boas mãos, o Paraná vai marcar uma presença extraordinária à frente do Conselho, só não podemos estar presentes nesta reunião em função desse chamamento que me foi feito pelo palácio para permanecer em Curitiba nesses últimos dois dias. Se não eu estaria lá com muito prazer, participando desse debate, e do momento importante que V.Exa. foi empossado Sr. Presidente. Tenho a certeza que a Assembléia Legislativa está feliz, soma-se nesta sua luta e sente-se honrada com a sua posição como Presidente do Conselho Parlamentar do Sul.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradecemos e ao concluir, queremos dizer uma vez mais e ratificar a nossa posição.

Estamos abertos a todos os companheiros, de todos os partidos, para realmente numa somatória de esforços com todos os outros companheiros de outras Assembléias fazer realmente o Conselho Parlamentar do Sul honrar aquele ponto inicial que realmente é assistir o Sul do País.

Muito Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - Após a exposição do duplamente Presidente Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra à Comunidade Avá Guarani, que seria do Deputado Dr. Rosinha que vai fazer apresentação.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitaria a atenção dos Senhores Deputados, porque hoje, recebemos a visita a convite desta Casa, uma vez que foi requerimento aprovado, que agradeço Srs. Deputados terem votado favoráveis a esse Requerimento, recebemos a visita hoje que fará uso da palavra da Comunidade Avá Guarani. Está aqui o Cacique Inocêncio A. Costa e o enfermeiro Adriano, que fará uso da palavra.

Esta Comunidade Srs. Deputados, vivia às margens do Rio Paraná, construíram a Hidrelétrica de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e há quatorze anos, batem de porta em porta a procura de outras terras para poder nela se estabelecer e dela tirar o seu alimento.

Hoje nós estivemos pela manhã na Itaipu Binacional, e estivemos na FUNAI. Parece-nos que agora vai resolver, uma vez que o Presidente da Itaipu, Sr. Euclides Scalco, nos afirmou que a Itaipu comprará a terra para eles. Finalmente depois de quatorze anos, mas acho que eles poderão melhor expressar a situação em que vivem, e

melhor dizer Srs. Deputados e eu peço a atenção, porque esses são os povos, que tiveram as suas terras tomadas pelos brancos ao longo da história do Brasil. Esses realmente são vítimas da colonização, vítimas do capitalismo e que hoje vivem em absoluta miséria às margens do lago Itaipu.

Mas eu chamaria o Inocêncio para expressar melhor e, em seguida o Adriano Chamorro.

O SR. INOCÊNCIO A. COSTA - Boa tarde Deputados. Sou o cacique da Tribo Avá-Guarani, Município de São Miguel do Iguazu.

Nós queremos o apoio de vocês, vocês estão sabendo, até visitaram a nossa área e viram o que está passando o nosso pessoal. Nós não podemos agüentar mais, lá nós temos mulheres, crianças que estão sofrendo. Nós queremos que apurem a FUNAI. Pelo que o Presidente falou para nós, o serviço fica em cima da FUNAI principalmente. Pois nós estamos fazendo o serviço da FUNAI correndo de lá para cá. Nós queremos o apoio de vocês para que saia o mais rápido a demarcação da terra. É isso que a comunidade pediu para nós dizermos a vocês.

Era isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. ADRIANO CHAMORRO - Em primeiro lugar, quero agradecer os Srs. Deputados. Nós representamos a comunidade Avá-Guarani. Hoje nós tivemos a audiência com o Presidente da Itaipu, que felizmente eles abriram a mão para nós. E, agora nós viemos contar para vocês como a comunidade está sofrendo. Nós queremos pedir para que vocês ajudem a apressar mais a demarcação das áreas indígenas do Ocoi. Itaipu falou que vai comprar as áreas de 1500 hectares, mas esse dinheiro eles vão repassar nas mãos da FUNAI. Nós queremos que apressem com isto. A FUNAI quer o compromisso do índio, então é por isso que nós estamos aqui na Assembléia para que vocês apoiem mais a comunidade. Nós temos direitos iguais a qualquer outro cidadão, por isso que estamos aqui.

Muito obrigado e até a próxima.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eles tinham uma área de 1500 hectares antes da construção do Lago de Itaipu. Hoje, esta área ficou reduzida a 330 hectares. A população mais que duplicou nestes últimos quatorze anos. Há uma característica do Avá-Guarani que é uma característica de migração, eles vão e voltam muito, entre o Brasil e o Paraguai. E, hoje depois de 14 anos, pela 1.<sup>a</sup> vez a Itaipu assume o compromisso de, ainda este ano



comprar estas terras - 1500 hectares. Foi muito importante, porque, neste período que eu estou como Parlamentar, e o Deputado Cezar Silvestre fez parte da Comissão do Índio na qual nós fizemos um trabalho, a Itaipu, é a terceira vez que eu vou lá, fora Requerimentos aprovados por todos os Senhores Deputados, Ofícios, nunca tinha assumido um compromisso, mesmo que informal. Ela assumiu um compromisso informal, de marcar uma audiência com o novo Presidente da FUNAI em Brasília. E já acertamos, não para essa semana, mas para a seguinte, ir a Brasília. Na qual a própria FUNAI, vai pagar a deles.

Aqui hoje, tem uma comissão, como eu disse, representado pelo Cacique, mais o enfermeiro e acompanha ele o Alfredo Centurião, que é mais um de lá da comunidade, que estão nesta luta, e nesse sentido eu vou, procurar manter informados, os Parlamentares, de tudo. Gostaria que em outros momentos essa Casa, também, se manifestasse a respeito.

E nós desejamos que seja o mais rápido possível resolvida esta questão.

O aparte primeiramente para o Deputado Cezar Silvestri, pela ordem. Depois o Deputado Colombo.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Deputado Rosinha, acho que até para que todos os Deputados, tenham consciência do problema que os índios vêm sofrendo nesses 14 anos. Não lembro exatamente, agora, mas se não me engano nos 330 hectares, hoje estariam em torno de 150 famílias. Não sei se esse número bate.

Hoje são 65 famílias, 60 na ocupação total. É que há uma outra área que foi ocupada. Naquela ocupação, ocorreu hoje, que o Presidente propôs a eles desocuparem a área. Eles assumiram também informalmente, assim como a Itaipu assumiu informalmente, que no momento que comprar a terra, eles saem da outra área, assumiram também isso informalmente.

É tão importante, que a Itaipu, assumiu hoje, mais algumas questões.

Desculpe Deputado Cezar Silvestri, já lhe devolverei a palavra. Só para esclarecer.

A Itaipu assumiu também o compromisso de arrendar 7 hectares de terra vizinha, a área que eles estão hoje, para que lá eles possam produzir os alimentos, até ter a terra própria. E também, como hoje, eles transportam aqui 3 mil metros de distância. A Itaipu assumiu um compromisso de fornecer um meio de transporte que seria uma carroça, e mais animal de tração, para que possam buscar essa área e transportar lenha, que eles produzem.

E como hoje chove dentro de quase todas as casas, e eles não podem refazer es-

tas casas, então Itaipu vai fornecer as casas da ocupação. Vai fornecer lona para que eles permaneçam lá. Uma vez que eles não podem derrubar árvores, que é uma área de reserva e eles não vão derrubar. Tem esse compromisso deles.

Então, foi um dos acordos deles, hoje, com a Itaipu.

Devolvo a palavra a V.Exa.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Deputado Rosinha, eu lhe fiz esta pergunta, e também para esclarecimento, seria em torno de 70 famílias, mais em torno de 350 a 400 pessoas na área de 330 hectares. Sendo que dessa área, existe uma parte da área que é de reserva, enfim. Não há condições das famílias, ter uma vida digna dentro da área, por questão de espaço físico. E até por uma questão de justiça. Eles tinham 1.500 hectares acabaram ficando com 300 hectares. E a injustiça ainda é maior, se nós fizermos um comparativo de que os índios, pelo fato da Itaipu, ser uma Empresa Binacional, quando foi designada a área para os Guaranis do lado do Paraguai. Eles ficaram se não me engano, com uma área de em torno de 2000 mil hectares. E do lado brasileiro em torno de 330.

Então acho que essa reivindicação é mais do que justa, eu particularmente já tive a oportunidade, os índios, inclusive, junto com o Presidente do Conselho Indígena Pedro Seguesegue. Também, com o Batis-teli que é o assessor dos assuntos indígenas do Paraná. Estivemos falando com o antigo Presidente da Itaipu o Doutor Francisco Gomide. E infelizmente naquela ocasião, ele nos colocava, a dificuldade do fato da Itaipu, ser uma Empresa Binacional. Tudo que você comesse do lado brasileiro, também teria que conceder para o lado paraguaio. Mas colocou essas dificuldades.

Infelizmente isso eu sou obrigado a falar, infelizmente ele não quis resolver, não houve vontade política, naquele momento de resolver essa questão.

Apesar da amizade do respeito que eu tenho com o Doutor Francisco Gomide, uma das pessoas que eu mais admiro na vida pública paranaense. Mas realmente nesta questão, deixou a desejar.

E hoje quero me somar e parabenizar, a sua pessoa e também a todos os índios, por ter conseguido esta conquista. O ex-Deputado Euclides que assumiu a Presidência, é uma pessoa extremamente sensível às causas sociais, pertenceu ao meu Partido ao PSDB. Foi um dos fundadores do PSDB, uma pessoa que eu também tenho uma profunda admiração. E quero agradecer publicamente em meu nome, tenho certeza que todos os Deputados aqui da Assembléia agradecem ao Deputado Euclides Scalco até porque eu

particularmente tenho uma intimidade grande com os índios do Paraná, depois das visitas que fizemos na Comissão do Índio. Podemos presenciar a dificuldade que os índios vêm vivendo em todas as reservas indígenas. Temos que nos somar. Tenho certeza que V.Exa. terá o apoio dos 54 Deputados da Casa.

O SR. DR. ROSINHA - Obrigado. Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Rosinha quero cumprimentar o cacique Inocêncio, o enfermeiro Adriano e o professor Alfredo. Há um tempo atrás tivemos uma audiência com o Deputado Euclides Scalco onde ele havia manifestado a preocupação relatada pelo deputado líder do PSDB que existia essa dificuldade por conta do tratamento isonômico que tem que ser dado às populações paraguaias e brasileiras no tocante à questão da Itaipu Binacional. O que existe é um compromisso público, escrito por parte da Itaipu, no momento em que as águas começaram a atingir a reserva e hoje para vocês terem uma idéia, da área em que eles moram na reserva do Município de São Miguel do Iguçu é mais ou menos 400 metros de largura por 7 Kms. de comprimento.

O SR. DR. ROSINHA - 400 metros de largura no lugar mais largo, porque tem lugar com 150 metros.

O SR. IRINEU COLOMBO - Então inviabiliza qualquer forma de vida mais digna. A situação é dramática. O problema não é só isso, a qualidade da água é péssima, resíduos de agrotóxicos a água que é invadida pelo lago, e o lago sofreu assoreamento de ervas, de mata, de madeira e isso cria microorganismos nocivos à saúde. Hoje as 86 famílias que ocupavam a reserva de Paranaporã que é a área da reserva artificial da Itaipu, são 86 famílias, 45 crianças que estão numa necessidade terrível. Estivemos no local. Com campanha junto à comunidade nós temos conseguido ajuda de alimentos, remédios. Com a solidariedade de médicos, de militantes da questão indígena, situação extrema precária.

Quero parabenizar V.Exa. pela atitude de defender essa população e dizer que o problema dos indígenas é uma causa que muita gente não dá importância. Nós precisamos ter alguém com firmeza, com fibra por quê? Porque a população, apesar de minúscula, merece toda a atenção, todo o respeito desse Poder.

Nesse momento aproveito para fazer uma crítica à Prefeitura do Município de São Miguel do Iguçu que de certa forma, tem recebido recursos em royalties, por conta da

reserva e esse dinheiro não está sendo revertido em benefício nenhum para a sociedade, inclusive há na Câmara de Vereadores, alguns vereadores contrários e eles citam o nome dos vereadores contrários que falam publicamente que os índios têm que ser mortos. Isso é uma barbaridade, o município ganha dinheiro com isso para pagar o salário dos vereadores e essas mesmas pessoas criticam, menosprezam e até trabalham a favor do suicídio, da morte, do extermínio daquela sociedade.

Nossa solidariedade à causa e fica registrada essa denúncia.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - Encerrado o tempo do Deputado Florisvaldo Fier.

V.Exa. tem um minuto para concluir as explicações.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção dos dois parlamentares e acho que tanto o Cezar Silvestri como o Colombo já estiveram visitando a área. Qualquer um de nós que visitar a área, volta de lá indignado com a situação em que foi deixada essa população, inclusive hoje o filho do cacique, estava junto, está doente, acabou indo para tratamento médico, por isso que a criança não está aqui junto com a esposa dele, que é justamente a condição de qualidade da água lá da região.

Quando estivemos lá, a comida era tirada do lixão da Cidade de São Miguel do Iguçu. A água totalmente condenada e contaminada para o consumo humano. A parte da terra que era produtiva estava sendo invadida, literalmente invadida pelos fazendeiros, que com os tratores iam cada vez mordendo uma faixa, um metro, dois metros, três metros, mas numa extensão de 400 metros ou quatro quilômetros, acaba dando uma boa quantidade de terra roubada.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rosinha, se me permite voltar novamente ao assunto, até porque me surgiu uma idéia. Acredito que seria de fundamental importância além de ter resolvido o problema da área, que parece que está começando a ser solucionado, nós formamos um grupo de Deputados aqui da Assembléia, de vários Partidos, para que nós entrássemos em contato com o Secretário da Agricultura, Secretário de Saúde, Secretário de Educação, para que nós tenhamos dentro destas Secretarias um programa de atendimento ao Índio.

De nada adianta também nós darmos a área, de repente não dando condições também para que eles possam explorar esta área. É a questão da semente para eles poderem plantar seus produtos, assistência

técnica, medicamentos, a questão da água inclusive com a SANEPAR, perfuração de poços artesianos. Acho que nós tínhamos que formar uma Comissão, nós deveríamos formar uma comissão de Deputados de todos os Partidos e percorrermos estas Secretarias, para que todos os índios, não somente Avá-Guarani, mas de todas as 17 reservas indígenas do Paraná, tenham uma assistência melhor também por parte do Estado.

O SR. ROSINHA - Ótimo. Aceitamos a sugestão, eu e mais vários Deputados que faziam sim com a cabeça.

Então agradecemos a atenção dos Senhores Parlamentares e pedimos apoio para todas as ações de desdobramento aqui para frente no que diz respeito à causa indígena do Estado do Paraná e no caso específico dos companheiros Avá-Guarani.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - Terminado Horário do Grande Expediente.

Vamos continuar pelo Horário das Lideranças.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Senhores Deputados, Senhor Presidente.

É com grande pesar que nós usamos este microfone para comunicar aos Senhores Deputados que mais um acidente de avião na Região de Cascavel, Foz do Iguaçu, acaba de vitimar 3 grandes lideranças de Cascavel, 3 grandes empresários de Cascavel e mais o piloto. Saíram de Cascavel há não mais de uma hora, e ao aterrizar em Foz do Iguaçu, um acidente vitimou o Sr. Tito Mufato, proprietário da Televisão Tarobá e dono de uma rede de supermercados. O Itagiba Fortunato, proprietário da Gráfica Tuicial e Sérgio Gaspareto que é um empresário ligado a máquinas e tratores agrícolas e também o piloto Carlito, que ao aterrizar o avião explodiu e não mais do que em uma hora esta três, quatro quantas lideranças de Cascavel.

E nós, com grande pesar, registramos nesta Casa, este acontecimento lamentável. Obrigados. Srs.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - Com pesar registra-se nesta Casa, este acontecimento inclusive de um cidadão benemérito aqui do Paraná, dado por esta Casa.

Continuando o Horário das Lideranças. PFL.

(Declina).

PPB.

(Declina).

PMDB.

Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Se-

nhores Deputados.

Queria também me associar aos votos de condolências à família Mufato e às demais de Cascavel, pelo acidente que ocorreu há poucos instantes, noticiado pelo nosso Deputado Edgar Bueno, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acompanhei atentamente diversos pronunciamentos ocorridos durante esta tarde mas eu gostaria de início, e neste primeiro momento, cumprimentar o nosso companheiro, Deputado e nosso vizinho, Luiz Carlos Zuk, pelo fato de ter assumido a Presidência do Conselho Parlamentar do Sul. Queria me associar às palavras dos demais Parlamentares quando já o cumprimentaram por ter assumido tão alto posto representando o nosso Estado no dia de ontem.

O Deputado Orlando Pessuti, também os nossos cumprimentos pela feliz idéia de ter criado na época este Conselho Parlamentar do Sul. Os nossos cumprimentos também ao nosso Presidente Anibal Khury, pelo apoio que deu durante todos este tempo e continua dando a este Conselho e a esta representação, que mensalmente se desloca aos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, representando o nosso Estado.

E o produto resultado destes encontros tem sido muito bom para o Paraná, conforme muito bem colocou o Deputado Orlando Pessuti e muito especialmente o Deputado Luiz Carlos Zuk. Que permanentemente muitas vezes viajando sozinho, representando a nossa Casa, tem feito prevalecer a voz dos paranaenses nestes encontros, fazendo com que realmente se consolidasse de vez o traçado da Rodovia do Mercosul que passa pela região de Ponta Grossa, a região de Irati, seguindo até União da Vitória e atraindo até Santa Catarina e até o Rio Grande do Sul.

Desta feita, mais uma vez, meus cumprimentos Deputado Zuk, pela Presidência e a certeza de que fará um grande trabalho à frente deste Conselho tão importante para o Paraná.

Queria também registrar a presença - com o devido respeito, Deputado Renato Adur, que é representante oficial de São Mateus do Sul - do Prefeito, Dr. Argus Faite, acompanhado pelo radialista Renato, da Rádio Difusora lá de São Mateus do Sul, presença dos Srs., especialmente do nosso querido Prefeito, é muito importante neste momento. Uma vez que nós estamos empenhados juntamente com Renato Adur e os demais Deputados que representam e tiveram o apoio do Município de São Mateus do Sul, o nosso empenho para que o Governo do Estado possa atender um sonho muito antigo, que é o asfaltamento de Irati a São Mateus do Sul. É uma luta antiga, mas que tenho certeza que haveremos de ter sucesso, tendo

em vista o entrosamento existente hoje entre os Deputados que representam aquela região.

Gostaria também Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB, também de externar aqui o nosso apoio e a nossa solidariedade às esposas dos policiais militares que estiveram presentes aqui nesta Sessão, durante o dia de hoje. E gostaria de dizer de que no momento em que o Estado do Paraná e que nós e eu particularmente sinto-me feliz e alegre por ver a indústria da Renault instalando-se no Estado, escolhendo o Estado do Paraná, para aqui instalar a sua indústria aonde a carência de empregos é muito grande.

Acompanhando pela imprensa, pela televisão, pelos jornais, pelas emissoras de rádio, hoje pela manhã acompanhava rapidamente o programa do Ricardo Chab, e ele fazia um comentário muito importante com relação ao desemprego da Região Metropolitana.

E realmente o Paraná está de parabéns. Porque é uma indústria que veio para o nosso Estado poderia ter ido para o Estado de São Paulo, principalmente, tendo em vista que lá é a região do ABC paulista, as montadoras, as indústrias automotoras, estão lá instaladas. Parece-me que começa a partir de agora, um novo ciclo dentro do nosso desenvolvimento, e isso é bom.

Mas, ao mesmo tempo que cumprimento o Governador pela instalação, pela luta, pela conquista para o nosso estado, também eu quero associar-me as reivindicações das esposas dos policiais militares.

E também fazer aqui, um pequeno comentário tendo em vista e aproveitando até a presença do Líder do Governo aqui, Deputado Algaci Túlio, de que na verdade existe muitos comentários, muitas críticas em determinados momentos aqui desta Casa, com os Governos anteriores.

Hoje mesmo saiu uma farpa para o Ex-Governador Roberto Requião, muitas vezes para o Álvaro, muitas vezes para o Richa, muitas vezes para o Mário Pereira e assim por diante.

Mas é bom que se ressalte que o Paraná teve durante esses tempos um avanço extraordinária em todas as áreas, principalmente na agricultura. Nós não podemos esquecer de que durante esses últimos Governos, o Estado do Paraná foi um modelo para a agricultura para os demais estados e também para a América Latina. E foi produto de um trabalho, de um esforço dos Governos anteriores.

As vezes, fico um pouco triste, Deputado Algaci, quando algumas críticas saem com relação: "a culpa é do Governo anterior que não corrigiu o salário dos militares". Hoje, foi dito aqui. Mas está dito também que está quase 77%, mais de 70% da

folha comprometida a arrecadação do Estado com a folha de pagamento.

Já imaginou V.Exa. se porventura tivesse dado todos os avanços justos merecidos. Que todas as categorias funcionais do Estado mereciam e o Governo anterior tivesse dado estes aumentos, o que seria hoje do atual Governo? Como estaria o Governador Lerner, que já está com 80% da folha comprometida.

Então, no mesmo tempo, que eu cumprimento o Governador pela conquista desta grande indústria, eu faço aqui e quero deixar registrado a preocupação nossa também com relação aos policiais militares, principalmente com os policiais militares. Associe-me as palavras do Belinati, do Deputado Alborghetti, que com muita veemência, sempre quando usa da tribuna, coloca o coração dele sempre na frente das suas palavras, na defesa do policial militar. Eu me associo às palavras do Alborghetti, do Belinati, mas é importante que também, hoje, quem governa o Paraná é o Governador Jaime Lerner, é quem tem que dar esses reparos é que tem que dar esses avanços é o atual governo. Não tenha a menor dúvida. E por desta feita e por esta razão, a Bancada do PMDB está de pleno acordo com as esposas dos policiais militares.

E é bom lembrar, que há bem pouco tempo, víamos aqui, numa Região Metropolitana, Ricardo Chab, na televisão, quando cheguei à tardezinha, à noite, em casa, e via lá policiais militares recebendo cestas básicas da comunidade de um dos municípios. Eu dizia para minha esposa, naquele momento, que eu via aquilo com tristeza. Por que, com tristeza? Coloquei-me no lugar de um militar, que estava ali recebendo uma cesta básica. Ele é uma autoridade. Ele, quando coloca sua farda, é uma autoridade em todos os ambientes. E me senti triste, senti-me chocado, até.

Hoje, nós temos esta situação, que já foi posta aqui e já foi detalhada e a nossa Bancada, evidentemente, está de acordo com as reivindicações das esposas dos militares, postas neste documento aqui.

Gostaria também de mais uma vez, ainda neste assunto, dizer e colocar aqui e acrescentar, que o policial militar quando faz uma apreensão, vai atender um homicídio qualquer ou até mesmo um acidente de trânsito, ele tem que depois se apresentar em juízo e nas delegacias de polícia muitas e muitas vezes, porque ele é a testemunha. Ele vai ter que ir lá no juiz, contar como foi o acidente. Por diversas vezes, além de ir nas delegacias de polícia, e na maioria das vezes, isto ocorre nos momentos de folga do policial militar. E ele automaticamente, ao invés de ter a sua folga merecida, ele tem que ir a uma delegacia de polícia, muitas vezes num ou-

tro município, numa outra região, ou mesmo numa outra comarca, porque ele sempre é a primeira testemunha que o Poder Judiciário se vale para esclarecer aquele acidente ou aquele homicídio. Então, eu incluiria mais este detalhe também com relação aos policiais militares.

De mais, é claro, agradecer mais uma vez e cumprimentar mais uma vez o Deputado Zuk.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Aparte) - Só para dizer a respeito, parece até gozação, mas há uma campanha no ar para que sejam desarmados os espíritos para acabar com a violência no Estado do Paraná. A campanha da Secretaria de Segurança Pública, Deputado Alborghetti, diz o seguinte: "Entregue uma arma e ganhe uma cesta básica". Parece que todos os policiais militares estão entregando as suas armas.

(Risos)

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado, Senhor Presidente pela atenção de todos.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pediria uma Questão de Ordem, só para justificar a minha ausência. Vou me retirar do Plenário agora, por ter assumido um compromisso no Ministério Público Federal às 17:00 hs., junto àquele Ministério, junto com a Comunidade a Avá Guarani.

Então, nós temos uma audiência, por isso que eu não permanecerei mais, por isso eu justifico a minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamentamos a sua ausência.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós acompanhamos atentamente alguns pronunciamentos nesta tarde, nesta Casa.

Mais uma vez se fez aqui o assunto voltar à tona, a questão da Renault se instalando no Brasil, e mais uma vez eu ouvi o apelo do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, por que não para o interior do Estado.

Volto a dizer aquilo que eu falei ontem aqui no meu discurso de que aí não competiria mais ao Governador do Estado dizer; "porque que vocês não vão fazer a fábrica em Londrina, em Maringá", uma questão de estratégia por parte da empresa, uma questão de proximidade com o Aeroporto Afonso Pena, e com o Porto de Paranaguá. Este foi o principal objetivo da presença da Renault em São José dos Pinhais.

Também ouvi Deputados fazerem comentá-

rios a respeito da questão da Polícia Militar. Os Anais desta Casa são testemunhas dos meus pronunciamentos, e eu não mudei de posição em relação a esta questão de salários. Sempre fui aqui um daqueles que trabalhou muito para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, que aliás são duas corporações que não têm padrinho, ou se têm, têm 54 padrinhos.

Todos nós Parlamentares temos um carinho especial para nossa segurança pública, tanto da área da Polícia Civil, como da Polícia Militar. E todos nós procuramos reivindicar a melhoria de salário.

Quando se fala de que o Governo anterior poderia ter resolvido este problema, este é o velho chavão, Deputado Toti Colaço, que daqui a 4 anos vão dizer que o Jaime poderia ter resolvido o problema e não conseguiu resolver.

Isso traz um acúmulo de situações, que não será o Jaime agora que vai resolver toda a situação da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Está sendo feito um esforço muito grande de solucionar o problema. Claro, que quando se fala do TIDE que foi dado para a Polícia Civil e não para a Polícia Militar, há uma diferença muito grande, são menos de 1500 Policiais Civis que tinham direito ao título, ao passo que na Polícia Militar são quase 20 mil Policiais Militares que têm direito ao título, quer dizer, não haveria tesouro que aguentasse uma situação dessas.

No entanto, está se tentando encontrar um caminho para resolver a situação. Que o salário do Policial Militar está baixo, isso é público e notório, não há necessidade de se fazer discurso nesse sentido, mas haveremos de encontrar um caminho para solucionar esta questão.

No aparte feito pelo Deputado Vanhoni, não quero crer que o Deputado Vanhoni queira dizer de que a Polícia entregando a arma em troca de uma cesta básica esteja diminuindo o índice de criminalidade, não quero acreditar que foi nesse sentido que V.Exa. fez seu aparte. Entendo que os policiais militares estão numa campanha, visando conscientizar a população para que entregue as suas armas. Não que a cesta básica é para pagar o valor de uma arma, mas simbolicamente ela faz este pagamento. Agora, os policiais militares estão empenhados, isso sim, tantos os policiais militares como os civis, no sentido de continuar, dar tranquilidade à população paranaense em todos os sentidos, continuando com aquela bravura que é proibida do Policial Civil e Militar empunhando a arma, isto sim se necessário para o combate ao bandido, ao marginal, mas não que estejam entregando as armas em função claro, da questão do salário que não é compatível.

Acredito que não seja por esta razão, se eu entendi mal o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (Aparte) - Só para esclarecer, Deputado Algaci Túlio, como é uma campanha para desarmar os espíritos na sociedade paranaense, diante da alta criminalidade de violência que tem tido no nosso Estado.

Tenho os números fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, e na segunda-feira devo fazer um pronunciamento a esse respeito, é porque os Policiais Militares estão tão sensíveis com esta campanha e com eles estão com necessidades materiais eles estão fazendo uma fila na FAS para entregar a sua arma para poder pegar uma cesta básica para alimentar os seus filhos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é verdade, eu sei que V.Exa. também não está falando a verdade, está até em tom de gozação num assunto sério. Aliás poderia quem sabe até propor que também se estendesse essa campanha de cesta básica aqui para o Plenário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, OF/CTL/SEEG nº 059/96, subscrito pela Senhora Governadora do Estado em exercício, constante do expediente, comunicando que o Senhor Governador do Estado em viagem aos Estados Unidos, teve que alterar compromissos agendados e empreender viagem urgente à França, para ultimar negociações a respeito da instalação da montadora de veículos Renault em nosso Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa para o próximo biênio. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Ângelo Vanhoni, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa até agora recebeu indicações para as Comissões Permanentes dos seguintes Partidos: PMDB, PT, PTB, PFL e do PSDB para a Comissão de Justiça.

Indicações que faltam: PDT, PTB e PSDB.

De acordo com o Regimento Interno, vencido o prazo dado pela Mesa. A partir de amanhã os membros serão indicados pela Mesa, logicamente que com a anuência das Lideranças.

O SR. IRINEU COLOMBO - Aproveitando esse breve ato, apenas para comunicar à Casa e à Mesa, que estamos - de maneira informal - discutindo com o Ministério Público do Paraná e com os organismos dos Direitos Humanos, o pré-projeto do Plano Nacional dos Direitos Humanos. Houve uma convenção em Genebra, em 1993, que o Brasil assinou, e através do Presidente da República e do Ministério da Justiça, está sendo elaborado, pelo Núcleo dos Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Plano Nacional de Direitos Humanos. E nós enviamos aos Deputados Caíto Quintana, Beto Richa, Irondi Pugliesi, Doutor Rosinha e também aos membros da nossa ex-CPI da Prostituição Infantil, e estaremos reunidos amanhã às 17:00 horas, para mandar sugestões que nós temos.

Os Deputados que, porventura tenham interesse em participar disso, estamos à disposição com a documentação, de maneira informal, na questão dos direitos humanos.

Ainda, Senhor Presidente, apenas para registrar com satisfação, a libertação ontem, dos líderes dos Movimentos Sem Terra, Portal do Paranapanema, que com a decisão unânime do Tribunal de Justiça, concedeu "habeas corpus" para essas lideranças, legitimando de certa forma as ações que vem desempenhar naquela área, em áreas devolutas do Estado de São Paulo.

O SR. CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Só queria manifestar-me solidário ao nosso ex-líder, Deputado Caíto Quintana, embora reconheçamos a ligeireza do Deputado Toti Colaço, que recebeu a ligeireza do nosso ex-líder desta Casa, o Deputado Re-



nato Adur.

Queria, na verdade, convidar os Senhores Deputados para uma reunião que será realizada hoje, aqui nesta Casa, no Plenarinho, às 18:00 horas, que é patrocinada pelo Grupo "Tortura Nunca Mais", com vista, na verdade, até de um fato que foi extremamente preocupante para a sociedade paranaense, que foi este assassinato feito por este grupo "Skin Heads", que é um fato realmente preocupante, chamar a atenção dos Senhores Deputados, porque é preocupante que grupos neonazistas tão bem estruturados possam estar funcionando em nosso Capital.

Para concluir, ouvi o Deputado Algaci Túlio falando dos índices de violência. Eu estava lendo as estatísticas do Paraná: nós estamos com 28 assassinatos para cada grupo de 100 mil, que é a metade do número que estão acontecendo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ou seja, os nossos números de violência, que talvez próprio da nossa sociedade, são números alarmantes, se considerarmos qualquer indicador.

Então, esse movimento que faz o Grupo "Tortura Nunca Mais", é merecedor da atenção de todos os Senhores Deputados desta Casa, e por isso até que a Assembleia está sediando hoje este encontro, às 18:00 horas, no Plenarinho.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Ouvi o Deputado Colombo falar em Pontal do Paranapanema e me lembrei de Pontal do Paraná, onde eu e Vossa Excelência temos uma participação muito grande.

Quero registrar a presença do Dr. Queirós, do nosso companheiro Osvaldo e do companheiro Itamar, que estão em visita à Assembleia Legislativa. Eles são lá do nosso Pontal do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Só para não concordar com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, meu particular amigo: o índice de violência no Rio de Janeiro é superior ao índice de violência no Paraná, é o dobro. O índice de violência em São Paulo, Deputado Romanelli, é o triplo, é coisa exagerada. Agora, eu queria dizer a Vossa Excelência, o seguinte: a Polícia Militar e a Polícia Civil não têm bola de cristal, nem médium espírita para saber o que vai acontecer. Por exemplo: nós não poderíamos imaginar que ia cair um avião em Foz do Iguaçu. Com todo o respeito às autoridades que morreram, o Secretário de Segurança, Dr. Cândido, não tem nenhum médium espírita para adivinhar.

Vejam bem, pasmem os Senhores: esta semana, o Secretário de Segurança do Estado do Paraná e toda a Polícia, Deputado Romanelli, descobriu um caso de relevante

importância no Paraná - temos que salientar isso, não sou hipócrita, o Secretário de Segurança está fazendo um grande trabalho na área de segurança dentro das suas possibilidades, como fez o Dr. Favetti, na época do Governador Requião. Vejam bem, assaltaram o UNIBANCO no Paraná, Deputado Anibal, o cidadão tinha dentro do seu apartamento no Cristo Rei, um apartamento montado - o Deputado Chab sabe disso - ele ali fazia confecção da jaqueta da Polícia Civil, fazia o uniforme da Polícia Militar e o Uniforme da Guarda Municipal. Ele entrou no UNIBANCO, roubou duzentos mil dólares, pegou um ônibus e foi embora a pé.

A Polícia invadiu o apartamento, pegou um Prefeito do Paraná fazendo uma festinha com meninas dentro do apartamento, e esse prefeito - que a Polícia ainda não me forneceu o nome - defendendo o assaltante, proibiu a Polícia de entrar no apartamento. Veja bem, o assaltante está foragido, foragido com apartamento na Capital e carro importado. Graças à Secretaria de Segurança, conseguimos desvendar este assalto. Outra coisa que eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, Deputado Romanelli: o maior índice de crimes na Capital do Paraná, Deputado Toti, é proveniente da bebida alcoólica. Todo o final de semana, não tem um crime na Capital, dificilmente você ouve falar: "mataram para roubar, mataram para assaltar", etc. Todos, Deputado Romanelli, bebida alcoólica. Bebida alcoólica, Romanelli.

É impressionante este final de semana. Este final de semana, o maior índice de assassinato que tivemos na Capital e no Paraná inteiro. Se você pegar o Paraná inteiro - interior é assim, o cara vai, compra a garrafa de pinga, bebe, mexe com a mulher do outro, leva uma facada, etc. E a Polícia não tem culpa disso. Só para deixar salientado que o Secretário de Segurança Pública não tem culpa, não tem culpa.

Acho preocupante. A única coisa que estou com Vossa Excelência hoje, nesta tarde, é do grupo "Skin Heads", que disse na minha cara: "matamos judeus, políticos, brancos, negros..." E me desafiou, na minha cara. Estive presente hoje, lá. Desafiou. Tem bronca da classe política, tem bronca do Governo, ameaçam. Se não podem resolver, eles usam a faca e dão facadas. Quer dizer, graças a Deus a Polícia Civil do Paraná e a Polícia Militar está tirando de circulação um grupo neonazista, que vem para matar os nossos filhos. Graças a Deus!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, pela ordem.

O Deputado Alborghetti, com proprieda-



de coloca algumas questões...

Senhor Presidente, sua compreensão. Um minuto só.

Na verdade, é o seguinte, Deputado Alborghetti: levantei os dados, acho que os dados são alarmantes em relação aos homicídios que são praticados, pelo seguinte: os índices são preocupantes na seguinte medida: é fruto da sociedade que vivemos, a violência. Ou seja, no Rio de Janeiro, para nós, porque o que transmite a Rede Globo, para nós, o Rio de Janeiro vive numa guerra civil. O índice de assassinato: são 56 assassinatos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só queria dizer que o dia em que acabar com a Rede Globo e com o Leonel Brizola, acaba a violência no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só para concluir, Senhor Presidente.

O que tem ocorrido aqui no Paraná, que para mim é um Estado extremamente pacífico, aqui os índices de violência são alarmantes - o Senhor sabe disso melhor do que eu - são 28 para cada grupo de 100 mil habitantes. É fruto da sociedade que nós vivemos, e este grupo que é o "Skin Heads", é o exemplo da degradação dessa sociedade que todos nós participamos, numa maior ou menor escala, até de fatos que são iguais a esse.

Por isso que combater a violência na sociedade que vivemos, é tarefa que é minha, do Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só quero explicar: o Deputado Anibal é careca, o Senhor é careca. Eles não são carecas de nascença, eles raspam a cabeça e se denominam carecas, "Skin Heads", e são financiados por uma camarilha de desgraçados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Educacional Tirando de Letra, conforme especifica. COM PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J., C.F. E FAVORÁVEL DA C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 221/95. Retirado pelo autor.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado ao Município de Lupionópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Péricles Mello e Doutor Rosinha, com apoioamento do Senhor Deputado José Maria Ferreira, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 228/95

Acrescente-se ao final do parágrafo único do art. 1º da proposição supra, após a expressão inalienabilidade, a seguinte redação:

Parágrafo Único - ... e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa.

Sala das Sessões, em 13.03.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES MELLO  
DOUTOR ROSINHA

Apoioamento: José Maria Ferreira.

O projeto foi encaminhado à C.C.J..

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P.. EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 247/95 por 07 (sete) Sessões. Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 247/95 por 07 (sete) Sessões.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - O requerimento pede retirada por quantas sessões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cinco sessões.

O SR. EMERSON NERONE - Cinco sessões. Pediria para aumentar para sete sessões, Senhor Presidente, por motivos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Senhor Deputado Emerson Nerone. Aprovado.

# ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano, pelos relevantes serviços prestados e que vem prestando à música brasileira, tanto em nosso país, como no exterior. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. 137, se 17.10.95)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 414/95

### P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano.

A Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social; e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras."

A dupla sertaneja - conhecida no país inteiro, participou, recentemente, do Primeiro Festival de Música em Ponta Grossa. Como prêmio, concedeu ao Paraná, o privilégio de ilustrar no seu recentíssimo trabalho, um os mais visitados pontos turísticos do Estado "Vila Velha" (documento em anexo).

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis; preenche ela os requisitos exigidos na legislação.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento

de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 414/95. Retirado pelo autor.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados para um fato. Estamos sabendo que há um outro projeto entrando na Casa que vai dar um Título de Cidadão Benemérito para o Chitãozinho e Xororó.

É verdade, não é gozação não. Quero levantar uma preocupação, Senhor Presidente com relação a, de repente, termos, na sequência, um outro projeto dando Título de Cidadão Benemérito para o Chitãozinho e Xororó e depois qual outra dupla virá?

O Deputado Jocelito Canto entrou há tempos com esse projeto, já justificou que está lá na capa do CD, com a foto do Paraná que foi divulgada para o mundo todo. Acho que não justifica e gostaria de um apelo que não fosse colocado tão já esse novo projeto que deve entrar, dando Título de Cidadão Benemérito ao Chitãozinho e Xororó sob o perigo de cairmos no ridículo de estarmos dando título para todas as duplas sertanejas.

Já tinha comentado isso com o Deputado Jocelito Canto. Tínhamos posicionado a favor a partir da justificativa dele, mas é complicado que logo em seguida, tenhamos já um outro projeto, sem entrar no mérito se Chitãozinho e Xororó estão aqui para receber o Título.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada impede que o cidadão-deputado apresente projeto nesse sentido. Eu, por exemplo, sou fã do Chitãozinho e Xororó. Acho que eles orgulham o Paraná e nasceram em Astorga.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados

Quero agradecer o apoio recebido. Esse Título não tem nada de pessoal. Tenho um agradecimento a esses rapazes e há uns 15 dias estava assistindo a uma entrevista deles em rede nacional no programa do Jô Soares e o Jô perguntou daonde era aquela foto e eles falaram que era de Ponta Grossa, no Paraná. Até o Zezé me dizia outro dia que eles têm uma abertura de 15 minutos que é feita no telão em todo o Brasil e nesse telão, por ocasião de quando vieram aqui receber o Título, vão filmar aqui, vão mostrar a nossa Vila Velha para todo mundo como fizeram com o CD.

Acho que estamos ganhando uma publicidade gratuita, sem gastar um centavo e estaremos homenageando a dupla.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de Ricardo Chab. Em discussão. Em votação.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Só para uma explicação. Na novela da Rede Globo, a senhora autora da novela, do horário das oito horas da noite, prestou um grande serviço ao país.

Ela misturou ficção com realidade, quando colocou na novela a questão das crianças desaparecidas do Estado do Paraná e das crianças desaparecidas a nível de Brasil. Só para que o Plenário saiba: um minuto na novela da Rede Globo, localizaram uma criança desaparecida há dez anos no Rio de Janeiro.

A criança foi localizada hoje em Cuiabá. Quando seqüestrada da sua mãe tinha 3 anos, hoje está com 13 anos e foi o próprio médico pediatra que denunciou o caso à polícia.

Então o papel é importante e é por isso o motivo do meu voto para realmente reconhecermos nosso, do nosso Plenário, na nossa Assembléia Legislativa a esta senhora autora da novela Explode Coração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê requerimentos).

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agora que o Deputado Annibelli, está aqui ao meu lado, quero lembrar que esta Casa de Leis aprovou um projeto do Deputado Annibelli, que prevê que quem tem 70 anos de idade e que for pensionista do Estado, não deveria mais recolher estes tributos.

Esta lei foi promulgada por V. Exa. Senhor Presidente, e lamentavelmente, o Governo do Estado do Paraná não está cumprindo.

Tem chego ao meu gabinete uns 100 números de reclamações de aposentados que já ultrapassaram os 70 anos de idade e esperam ansiosamente que esta lei se transforme em lei de fato.

Gostaríamos de saber o que podemos fazer, para que essa lei seja cumprida pelo Governo do Estado.

E aproveito a oportunidade de propor ao Deputado Algaci Túlio, que acho é sensível com essa medida que tomamos aqui na Assembléia, que seja feito os entendimentos com o Governo o mais breve possível, para que seja realizado isso.

Para quem tem 70 anos, isso vai aumentar perto de 10% dos seus vencimentos, aumento indireto.

São aposentados, já contribuíram, estão no final de suas vidas, é acima de 70 anos, quer dizer, é bom lembrar que o Congresso Nacional, a Câmara Nacional, o Con-

gresso Nacional retirou dos pensionistas da União, quando foi para a votação. Não vejo porquê o Governo do Estado não cumpra esta lei que foi promulgada aqui pela Assembléia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - O Deputado Ângelo Vanhoni, deve estar antecipando uma decisão que ainda não temos conhecimento de que maneira foi tomada, mas temos certeza que será tomada em favor do assegurado do IPE.

O que ocorre é que deve estar tramitando na questão burocrática, o Governo é sensível, a Assembléia aprovou a aplicação, quero acreditar que isso vá acontecer dentro do período normal.

Acabamos de aprovar, talvez há 15 ou 20 dias atrás, ou mais, um mês quem sabe, tenha acontecido isso, no período extraordinário parece-me.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Já foi promulgada, já foi publicada em Diário Oficial.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agora é uma questão de ver critérios por parte da administração do IPE, para que faça realmente com a Secretaria de Administração, para que faça com que realmente a lei passe a existir definitivamente.

Não vejo que haja qualquer empecilho, da minha parte não, pode ter certeza que trarei informações na seqüência.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Só queria requerer que no próximo encontro que tivermos na chácara do nosso companheiro Neivo Beraldin, V. Exa. se faça presente, porque ontem o Presidente do Tribunal de Contas do Estado com sua artimanha conseguiu desmorrar a nossa vitória, fazendo com que o nosso time jogasse mais 5 minutos e estava ganho.

Então, gostaríamos da sua presença para que ganhássemos o próximo jogo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estaremos lá.

Amanhã pela manhã, não haverá sessão, à tarde no horário regimental, a Mesa vai se reunir com as Lideranças que ainda não indicaram os membros para as Comissões, a fim de que possamos constituir essas Comissões no máximo até segunda-feira.

Sobre a mesa, Requerimento nº 211, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 215, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 217, de autoria do Se-

nhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 304, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 306, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 313, 314 e 332, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 317, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimentos n°s 320, 351 e 353, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 322, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 323 e 324, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 325 a 330, 337 a 346, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 333, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 334, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 335, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 336, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 347, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 352 e 362, de auto-

ria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 355 a 357, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 360, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 361, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 363, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para quinta-feira dia 14, à hora regimental, reunião da Presidência com as Lideranças dos Partidos, para a escolha dos Membros das Comissões, permanentes desta Casa, para o próximo biênio.

Marca ainda para segunda-feira, dia 18 à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 216/95.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/95.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 117, 171 e 521/95.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1996.

"Mutuários reivindicam redução da

prestação da Casa Própria"

Documento da FAMOPAR

Casas mal construídas, cubículos de 18m<sup>2</sup>, com evidências de superfaturamento e prestações elevadíssimas. Esta é a triste herança do Governo Collor na área de habitação. No Paraná 35 mil famílias foram lesadas ao adquirirem suas casas, financiadas com recursos do FGTS - através dos planos PAIH, PEP e PROHAP - e comercializadas por cooperativas que na verdade funcionavam como fachada para maus empresários. Hoje metade destas famílias estão inadimplentes e ameaçadas de perderem suas casas.

A maioria dos conjuntos estão situados nas regiões norte, norte pioneiro e noroeste do Estado, onde predomina o trabalhador volante, o chamado "bóia-fria", que ganha em média R\$ 10,00 ao dia - quando consegue serviço.

Na época da comercialização, em 1991, as cooperativas fizeram farta campanha publicitária, anunciando casas de boa qualidade e com prestações de 20% do salário mínimo. Com isto conquistaram cooperados que passaram a pagar uma poupança mensal. Por obrigação contratual com a Caixa Econômica Federal, agente financeiro, as cooperativas deveriam comercializar todos os imóveis para se habilitarem a receber o pagamento pela obra.

Quando o cooperado ia concretizar a compra do imóvel descobria que teria que comprovar uma renda de três salários mínimos. Ansiosos por realizarem o sonho da casa própria, após meses de sacrifício para pagarem a poupança prévia, confiando que as cooperativas falavam em nome da CEF, portanto em nome do governo, milhares de trabalhadores foram induzidos a adulterarem o valor de suas rendas. Informavam ter renda familiar servindo-se de formulário para trabalhador autônomo que lhe era oferecido pela cooperativa.

Um trabalhador humilde, analfabeto que mal consegue assinar o nome, tendo como ganha pão o corte da cana ou a colheita do café ou do algodão, sonhando poder ter sua casa própria, impressionados com as "autoridades" que lhe pediam uma simples assinatura num papel, não se negariam - como não se negaram - a concretizar o sonho. E afinal, garantiam-lhe, a prestação seria de apenas 20% do salário mínimo.

É bom lembrar que, fruto das distorções do Sistema Financeiro de Habitação, muitas famílias, mesmo pessoas esclarecidas, fizeram - e ainda fazem - uso deste expediente para concretizarem a compra da sua casa própria.

Quando chegou a primeira prestação - num valor muito superior ao prometido e tendo como base a renda de três salários

mínimos - o mutuário descobriu que fora enganado. Além de não conseguir pagar a prestação, passou a viver o drama dos inúmeros problemas causados pela péssima qualidade das casas. O resultado foi a inadimplência, a venda ou o simples abandono das casas. Surge, então, um novo problema: o terceiro, que comprou ou ocupou a casa e não tem sequer contrato com a CEF.

Desde então, com a FAMOPAR assumindo a dos mutuários lesados em sua boa fé, vários tem sido as iniciativas buscando uma solução para o problema. O primeiro caminho foi o de buscar um entendimento com a Caixa Econômica, visando a redução do valor da prestação, tendo como referência a qualidade do imóvel e a renda familiar do mutuário. Surgiu como proposta, que hoje é bandeira histórica do movimento em nosso Estado, a reivindicação de uma prestação de 20% do salário mínimo.

Ao mesmo tempo, em função das denúncias e da mobilização dos mutuários, muitas Câmaras Municipais instalaram Comissões Especiais de Inquérito para investigar e apontar os responsáveis pelo mau uso dos recursos públicos - no caso do FGTS, recursos que pertencem aos trabalhadores. Foram realizadas também inúmeras perícias, inclusive pela própria CEF, que constatarem o superfaturamento.

O momento maior das negociações com a Caixa ocorreu no ano passado, dia 19 de outubro, quando reuniram-se em Curitiba a diretoria da FAMOPAR, lideranças dos mutuários e o diretor de Habitação e Hipoteca da CEF, José Fernando de Almeida. Os principais pontos acordados foram a incorporação de 100% da dívida dos inadimplentes ao saldo devedor; a redução das prestações que estiverem acima dos aluguéis praticados nos conjuntos, conforme levantamento que seria feito pela Caixa; a paralisação das execuções judiciais dos imóveis cujas prestações fossem superiores aos aluguéis nos conjuntos; a realização de perícia nos conjuntos Antilhas e Mundo Novo, de Campo Mourão, e Belo Horizonte e São Francisco, de Toledo; além do fornecimento de Carta de Crédito aos moradores, que permita a compra dos imóveis que ocupam.

Infelizmente, até agora, a CEF não deu garantias efetivas da concretização das propostas acordadas. Nem mesmo tem dado resposta às nossas solicitações de informações.

A FAMOPAR, entretanto, não tem ficado exclusivamente no terreno das negociações com a Caixa - até porque tem se revelado infrutíferas.. Temos buscado na Justiça o que consideramos como justo e correto.

Este caminho tem possibilitado importantes avanços. Acabamos de conquistar duas importantes vitórias. A Justiça Fede-

ral determinou, por decisão liminar do Juiz Fernando Quadros da Silva, de Maringá, a redução das prestações dos imóveis nos conjuntos Victor Civita, de Terra Boa, e Primavera, de Paiçandu, para 20% do salário mínimo.

A decisão da Justiça Federal atende às reivindicações que a FAMOPAR tem apresentado desde o início da luta, há mais de três anos. A luta prossegue: Outras ações aguardam pronunciamento da Justiça. Queremos solução para o drama dos mutuários, que querem pagar pelas casas que compraram, mas querem pagar o valor justo e correto. Queremos também a apuração e punição dos responsáveis pelo superfaturamento.

Estamos pedindo apoio à nossa luta. Queremos consolidar as vitórias na Justiça, até aqui fruto de decisões de primeira instância. É importante que a Justiça Fe-

deral, nas instâncias superiores, acate as nossas ações, não seguindo necessariamente a lei ao pé da letra, mas tendo em conta os aspectos sociais do problema. É necessário, também, que a Justiça determine a realização de perícias nos conjuntos habitacionais. Não descartamos e consideramos como importante a obtenção de uma solução definitiva e negociada com a Caixa Econômica Federal, embora consideremos que o que falta para termos sucesso neste caminho é a disposição da CEF de buscar uma solução para o problema.

Confiamos poder continuar contando com o apoio da sociedade e das instituições políticas e jurídicas. Temos a certeza de que o nosso pleito não só é justo, como é correto.

(a) ROLAND RUTYNA  
Presidente